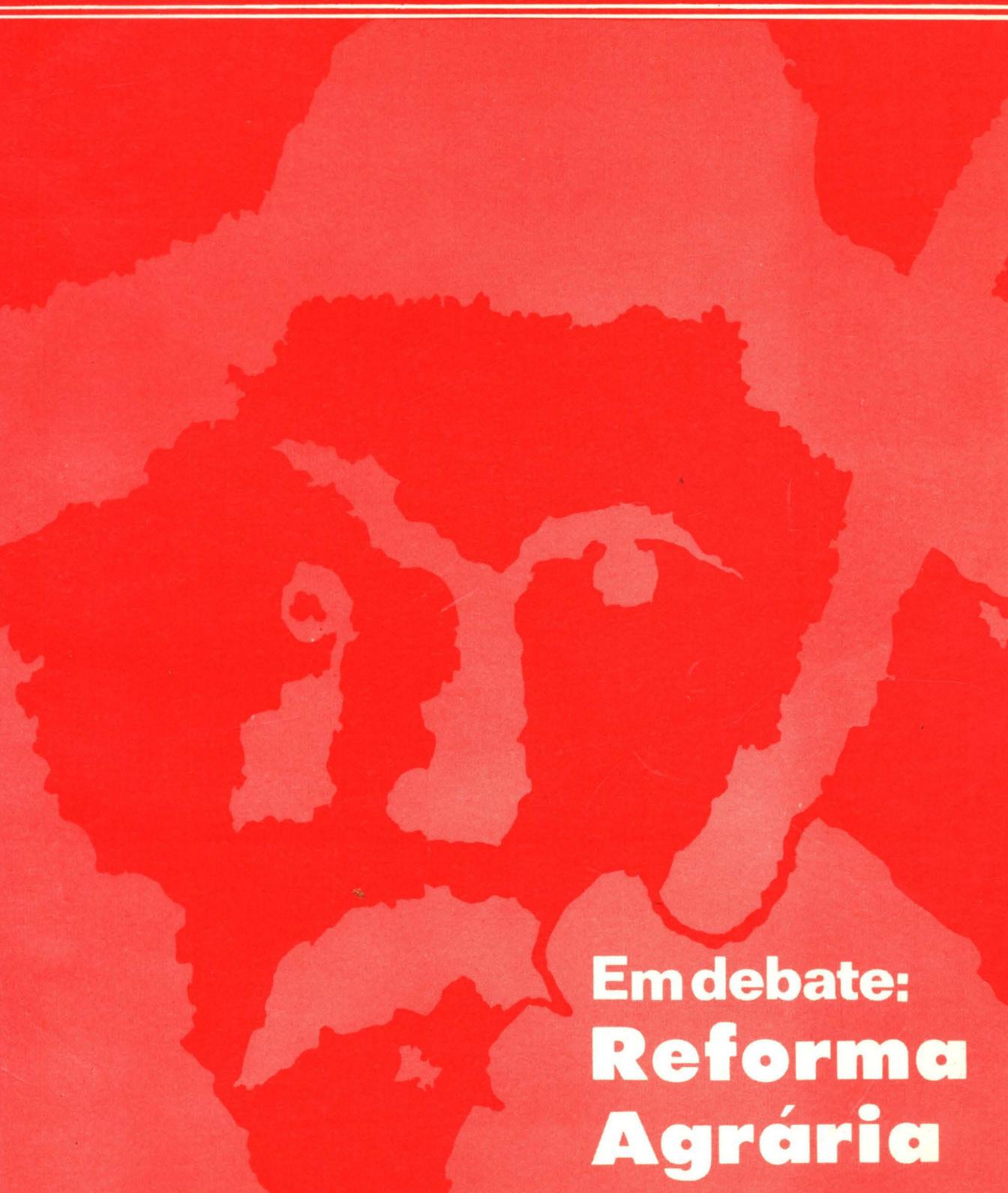


proposta nº 14



Em debate:
**Reforma
Agrária**

fase

proposta

JULHO/1980 - Nº 14

Editorial	3
A viabilidade política da Reforma Agrária	5
Significado do Estatuto da Terra	15
A política fundiária recente	20
Tendências predominantes nas lutas	25
Perspectivas da luta pela Reforma Agrária	32

PROPOSTA - Publicação de circulação interna da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy.

Coordenador de Publicações: Antônio Ivo de Carvalho.

Conselho de Redação: Afrânio Garcia Junior, Carlos Menayio, Joaquim Alcides T. Ribeiro, Laís A. de Menezes, Lorenzo Zanetti, Maria Emília Lisboa Pacheco, Miguel T. Pressburger, Victor Valla e Ziléa Reznik.

Capa e Diagramação: Antônio Rogério Garcia Silveira.

Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.

Impressão: Vickson de Souza Viana.

PARTICIPANTES DO DEBATE

Abdias Vilar de Carvalho - CEDEC-SP
Afrânio Garcia Junior - FETAG-RJ
Antônio Ivo de Carvalho - FASE/Revista Proposta-RJ
Beatriz Heredia de Alasia - PPGAS/Museu Nacional-RJ
Carlos Vainer - PUR/UFRJ-RJ
Claudino Veronese - Assessor-PR
Claus Germer - IPARDES-PR
Dirce Drach - Comissão Pastoral do Pescador-RJ
Doris Ruialdi Meyer - IBGE-RJ
Eraldo Lirio de Azevedo - Presidente da FETAG-RJ
Felícia Andrade de Moraes - FASE/EAEAR-RJ
Felipe Lindoso - PPGAS/Museu Nacional-RJ
Horácio Martins de Carvalho - CPDA/FGV - Horto-RJ
Humberto Rocha Cunha - FASE/Belém-PA
Ivan Ribeiro - FGV/Horto-RJ
Jacqueline Bravo Garcia
Jaime Libério da Silva - FASE/Garanhuns-PE
Pe. Joaquim Van Leeuwen - CPT-RJ
Jorge Eduardo Saavedra Durão - FASE/EAEAR-RJ
José Ely S. Veiga - FASE/EAEAR-SP
Leila Stein
Leilah Landim Assumpção - FASE/EAEAR-RJ
Leonilde S. Medeiros - EIAP/FGV - Horto-RJ
Luis César de Queiroz Ribeiro - PUR/UFRJ-RJ
Maria Aida Neves Bezerra - NOVA-RJ
Maria Emília Lisboa Pacheco - FASE/EAEAR-RJ
Marie France Garcia - PPGAS/Museu Nacional-PR
Miguel Pressburger - CPT-RJ
Moacir Palmeira - CONTAG-DF
Nazareth Wanderley - UNICAMP-SP
Nilton Santos - Jornal O Companheiro-RJ
Nobuco Kamiyama - CPT-SP
Pedro Geurts - CPT-RJ
Renato Silva Dantas
Ricardo Abramovay - FASE/EAEAR-SP
Rita de Cássia Andréa
Roberto Martins - Jornal Movimento-RJ
Rosalba de Almeida Moledo - CEDEC e CIPES-SP
Wladimir Ventura Torres Pomar - CIPES-SP

Editorial

Este número de PROPOSTA é consagrado à divulgação de um debate sobre a Reforma Agrária. Sob o patrocínio da FASE e do CIPES - Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais, dias 11 e 12 de Fevereiro de 1980, reuniram-se 36 pessoas representando um grande leque de experiências profissionais e políticas, assim como uma grande diversidade de posturas ideológicas ou religiosas.

O objetivo desse Seminário foi o de promover uma discussão sobre a problemática brasileira que não caísse nas artimanhas das abordagens acadêmicas mas que evitasse também o confronto estéril de "modelos" preconcebidos de Reforma Agrária. Cabe ao leitor julgar até que ponto esse objetivo foi alcançado.

Uma série de advertências são, todavia, necessárias.

Em primeiro lugar é preciso lembrar que a dinâmica de um seminário deste tipo leva necessariamente a que algumas questões sejam privilegiadas pelos participantes, sendo que outras, de igual importância, deixem de ser abordadas. Assim, o leitor notará um certo número de lacunas. Por exemplo: a análise concreta da situação atual do movimento popular no campo ou das formas de organização dos trabalhadores rurais foi feita de maneira bastante insuficiente. Outras questões como a do significado histórico do Estatuto da Terra foram abordadas em algumas intervenções mas não chegaram a provocar polêmica.

Em segundo lugar há que chamar atenção para as dificuldades práticas da transcrição de um debate de dois dias de duração entre trinta e seis participantes. Mais de dez horas de gravação, cento e dez laudas de texto bruto que deveriam dar lugar a uma publicação de fácil leitura. A maior dificuldade provinha da extrema variedade dos temas de discussão, acoplada ao fato das intervenções tocarem desordenadamente em apenas alguns deles. Assim, a transcrição cronológica das intervenções - como se faz nas entrevistas ou em mesas redondas de poucos participantes - resultaria num texto absolutamente maçante e indigesto, que cor

reria o risco de provocar logo nas primeiras pá-
ginas uma vertigem na maioria dos leitores.

Por isso, optou-se pela seleção de cinco temas e pela reconstrução dos debates que provocaram. Evi-
dentemente, esse tipo de montagem impõe uma série
de escolhas. Isto significa que várias contribui-
ções importantes não puderam ser aproveitadas,
fato pelo qual antecipadamente se desculpa a Equi-
pe de Áreas Rurais da FASE, organizadora do deba-
te e responsável pelos textos que se seguem.

Os temas selecionados foram os seguintes:

- Parte I: "A viabilidade política da Reforma A-
grária"
- Parte II: "O Significado do Estatuto da Terra"
- Parte III: "A Política Fundiária Recente"
- Parte IV: "As tendências predominantes nas lutas"
- Parte V: "As perspectivas da luta pela Reforma
Agrária"

O primeiro destes temas justifica-se sobretudo
por ter sido o que maior polêmica provocou. Houve
uma clara polarização entre as intervenções que
condicionavam a execução da reforma agrária a mu-
danças na estrutura de classe do poder de Estado,
e as intervenções que admitiam a probabilidade
de setores das classes dominantes serem levados a
promover uma reforma agrária.

A segunda parte - sobre o significado do Estatuto
da Terra - é um resumo das intervenções que pro-
curam analisar a natureza da política agrária do
regime instaurado em 1964.

A terceira - sobre a política fundiária recente-
procura relatar as diversas interpretações dadas
às atuais iniciativas do regime militar com res-
peito ao problema agrário.

A quarta é uma avaliação dos rumos que vêm toman-
do as lutas sociais no campo, e das dificuldades
existentes para que elas se unifiquem.

E, finalmente, a quinta parte apresenta diversos
posicionamentos a respeito do significado atual
da bandeira da reforma agrária e diversas propos-
tas de orientação para o movimento popular no cam-
po.

Ciente dos limites e balizas que impõe uma tal
montagem, PROPOSTA reitera a sua pretensão de man-
ter permanentemente suas páginas abertas a contri-
buições diversificadas e particularmente a novas
intervenções escritas que venham aprofundar o de-
bate publicado no presente número.

a viabilidade política da reforma agrária

"Para que se forme uma visão política e teórica adequada com respeito à Reforma Agrária, é absolutamente necessária uma discussão sobre a questão do poder."

Foi esta proposição que abriu uma das principais polêmicas que dominaram o Seminário, justificada por Jorge Eduardo nos seguintes termos: "... eu acho que o tipo de alianças, vamos dizer assim, o pacto político existente no país entre os setores industriais e os grandes proprietários da terra é tal que não vejo nenhuma perspectiva de realização da Reforma Agrária que não



constitua uma ameaça ao poder burguês, de tal ordem que parece que a tendência é consolidar aquela aliança que se contrapõe à realização da Reforma Agrária."

Segundo o ponto de vista defendido por Jorge Eduardo, as contradições porventura existentes entre a burguesia e os setores das classes dominantes que vivem essencialmente da extorsão de renda fundiária não se manifestam ao nível político. Por esse motivo, a realização da RA depende hoje, em nosso país, da construção de uma "aliança entre os setores da classe dominada no campo com o proletariado industrial, que só poderá ser constituída numa luta contra o Estado capitalista." Nesse sentido, a RA só pode ser vislumbrada na perspectiva de uma revolução socialista.

As contestações suscitadas por esse posicionamento foram bastante heterogêneas. Humberto, após um longo relato analítico sobre as condições em que se desenvolvem as lutas dos lavradores do Norte do país, afirmou que o caráter da RA não seria, num primeiro momento, necessariamente socialista. "Pelo menos, em nenhum local eu estou vendo os camponeses colocarem isso, nem mesmo os assalariados rurais. E vou mais adiante: mesmo que a RA exigisse um poder proletário, esse poder teria provavelmente que cumprir algumas tarefas burguesas: distribuir terras, dar crédito, garantir que os camponeses continuem assalariando durante algum tempo..."

No entanto, a abordagem de Jorge Eduardo não afirmava o contrário, isto é, não afirmava que as lutas dos lavradores dessas regiões apontam para uma reforma agrária socialista. A questão levantada tinha sido outra e ganhou maior precisão em sua réplica: "Se a gente pensar mais concretamente o capitalismo brasileiro e a política do Estado capitalista no Brasil nos últimos anos, eu acho que os elementos que

nós temos não apontam para a probabilidade - a meu ver abstrata - de se Estado capitalista proceder a uma RA baseada na distribuição de terras. A política que vem sendo desenvolvida vai exatamente no sentido inverso; no sentido do reforço do monopólio da propriedade da terra. Seria até banal insistir no exemplo das multinacionais presentes na Amazônia procurando consolidar sua propriedade sobre enormes extensões de terra. Importante é frisar o compromisso crescente do poder com essa via específica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Quando falei em socialismo não pretendi afirmar que a realização de uma RA implicaria imediatamente na instauração de relações de produção socialistas. Fiz questão de centrar minha argumentação na "questão do poder". Acho, em última instância, que o poder burguês no Brasil não se abre para a possibilidade de uma RA significativa, em larga escala, que permita a transferência da propriedade da terra para o campesinato, ainda que em caráter individual. Foi essa a minha posição. E não, a idéia de que o campo brasileiro estivesse maduro para a implantação de relações socialistas".

DINÂMICA CAMPONESA

Para Ricardo, trata-se de uma falsa questão: "... o que nós precisamos saber é que nenhum poder joga de cima para baixo uma RA. A RA é um processo social que pode ter o controle do Estado, mas também pode abalar profundamente as bases do próprio Estado. Então a pergunta que deve ser feita é a seguinte: qual a natureza de classe predominante nesse processo social que chamamos de reforma agrária? Será uma natureza proletária? Pelo que se conhece hoje do campo brasileiro, das lutas sociais que aí se travam, não se pode responder positivamente à essa pergunta. Acho que a natureza desse processo social seria predomi-

nantemente camponesa, embora em algumas regiões de capitalismo mais desenvolvido o proletariado agrícola possa desempenhar um papel determinante. A dinâmica das lutas sociais no campo é dada fundamentalmente pelas lutas camponesas e esse fato não permite pensar que a RA venha a ter um caráter fundamentalmente proletário. Dizer mais do que isso é muito difícil. Seria preciso uma bola de cristal. Isso porque, mesmo no caso de uma RA burguesa, se ela estiver inserida numa dinâmica revolucionária, é perfeitamente possível que as novas formas de produção que se instaurem, assumam um caráter cooperativo, ou, coletivo; que ela caminhe em direção ao socialismo. Mas se a RA estiver inserida numa dinâmica burguesa, vai acontecer provavelmente o que aconteceu em muitos processos de distribuição de terras: eles se transformam num novo impulso à diferenciação social do campesinato".

Mas a argumentação de Jorge Eduardo não se fundamentara na natureza de classe do processo social inerente a RA, e, tampouco numa previsão da dinâmica social que a RA desencadearia. A linha central de seu posicionamento havia sido a negação de que o Estado capitalista pudesse vir a optar nas atuais condições brasileiras, por uma RA. Essa idéia foi criticada por José nos seguintes termos: "Os dezesseis anos de história do regime militar não me levam a negar qualquer possibilidade de que uma RA parta de uma iniciativa burguesa. Ao contrário, desde a promulgação do Estatuto da Terra (com a reação violenta que provocou por parte da sociedade Rural Brasileira) até o documento aprovado pela CNBB em Itaici, uma série de indícios mostram a existência de setores burgueses interessados na RA. Não há dúvida de que, nas atuais condições, a luta pela efetivação de uma RA leva necessariamente à luta pela democracia e portan-

to contra o regime militar. Mas isso não significa que ela exija uma luta contra o "Estado capitalista" ou o "poder burguês" como afirmou Jorge Eduardo. Os exemplos de RA no mundo são muito numerosos para demonstrar o contrário. Não vejo nenhuma relação de causa e efeito entre "processo de RA" e luta contra o "Estado capitalista".

REFORMA COM DITADURA

Crítica semelhante foi formulada por Felipe. Recordando as condições em que surgiu o Estatuto da Terra e mostrando a extrema maleabi-lidade possível em sua aplicação, Felipe foi mais longe. Para ele, "es-se instrumento legal é tão amplo e contraditório que permite vislum-brar a possibilidade teórica de uma RA dentro do atual regime, que foi quem promulgou a lei. Se no decorrer da luta pela RA esse regime vai aguentar as pressões decorrentes de uma aplicação democrática do Estatuto da Terra, esta já é uma ques-tão que depende do desenvolvimento próprio da luta. Não se pode afir-mar a priori que para aplicar o Estatuto da Terra vai ter que haver um governo diferente desse. De qual-quer maneira, na luta pela RA, o problema do poder está presente o tempo todo. Se vai ou não ser neces-sário a tomada do poder, isso ainda veremos".

Voltando a defender seu ponto de vista, Jorge Eduardo afirmou que tudo o que havia sido dito cada vez mais o convencia de que a burguesia não tem "margem de manobra" para fazer a RA. "Quando a coisa é trazida para um plano mais concreto, não se consegue apontar efetivamente nenhuma iniciativa burguesa, nenhum campo para a burguesia se mexer, com relação a essa questão. Os argumen-tos contrários se referem todos ao período anterior a 1964, isto é, às alianças políticas existentes antes do golpe. Mas não vejo nenhum si

nal de manutenção dessas alianças. É nesse sentido que insisto naque-la colocação inicial com relação à questão do poder. Não estou preocupado em afirmar qualquer eminência de transformações socialistas no campo. Mas não vejo a possibili-dade do poder capitalista abrir perspectiva para a RA (e eu passo de regime militar para poder capita-lista talvez de uma maneira indevida ou arbitrária, mas não vejo nenhuma outra força burguesa aí fora as da ditadura militar, abrindo a perspectiva de reforma agrária). É esse poder que representa efetiva-mente a barreira para a realização das transformações desejadas pelo campesinato".

CARÁTER DE CLASSE

Segundo um de seus contraditores, José, estaria havendo uma confusão quando se exigia a existência de setores burgueses claramente interes-sados pela execução de uma RA para se admitir que ela pudesse ter um caráter burguês. Historicamente, diz-se que o caráter de classe da RA é burguês quando o que está em jogo no processo de reforma é a proprie-dade fundiária e não a propriedade do capital. Nesse sentido, qualquer Reforma Agrária, por mais radical que ela seja, por mais radicais que sejam as formas de organização da produção que ela crie, e por mais iniciativa que tenha o proletariado agrícola no processo, por si mesma ela só pode ter um resultado his-tórico de caráter burguês. Não existe Reforma Agrária que por si só se-ja socialista ou proletária. O que está em jogo é o significado histó-rico do fim do monopólio privado da terra, o latifúndio. Não existe definição mais geral de Reforma Agrá-ria do que essa: expropriar o lati-fúndio. E essa medida é, de um ponto de vista histórico, uma medida eminentemente burguesa, mesmo que as forças sociais que a realizem

não o sejam, e mesmo que tenham que realizá-la contra os interesses imediatos da burguesia. Repetindo, o centro da questão está em expropriar o latifúndio; expropriar a grande propriedade fundiária. Acontece que existem "n" maneiras de expropriar o latifúndio e "n" maneiras de transferir a propriedade da terra aos camponeses e aos trabalhadores agrícolas assalariados. Portanto, qualquer caracterização dessa reforma - se ela é mais ou menos progressista, ou se ela é regressiva, se ela vai ou não no sentido do socialismo - vai depender de uma análise concreta da forma que assumiu a expropriação e a transferência da propriedade da terra. Se for uma RA executada pelo Estado sem levar em conta as reivindicações camponesas, sem a participação de suas organizações de classe, sem que possam se organizar para realizá-la dificilmente ela poderá ter qualquer sentido progressista. Ela será dificilmente progressista se não existirem liberdades democráticas para que os camponeses e os assalariados agrícolas constituam suas organizações de classe e possam executar a Reforma Agrária. Mas mesmo no caso inverso, quando o processo de Reforma Agrária é principalmente de terminado pelos próprios interessados, a RA por si só, não deixa de ser burguesa".

"Hoje no Brasil existem basicamente dois projetos de RA: um projeto puramente burguês e um projeto popular. Eles estão permanentemente em choque. Ao definir o projeto burguês eu deixo em aberto a questão de saber qual a força que ele pode ter no seio das hostes ditatoriais, e qual a força que ele poderá vir a ter dentro de um governo democrático burguês de tipo liberal que venha a substituir a ditadura militar. Vou tentar mostrar alguns indícios da existência de setores burgueses interessados na RA. Um dos principais ideólogos burgueses no que concerne às questões agrá-

as - e que atacou ferozmente o Estatuto da Terra - chama-se Ruy Miller Paiva. Ele atacou durante muito tempo qualquer tipo de RA utilizando o argumento: RA é ruim porque desorganiza a produção. E na base desse tipo de slogan ele faz escola entre os economistas e outros técnicos oficiais. Ora, o próprio Estatuto da Terra foi elaborado por Roberto Campos - nítido representante do capitalismo monopolista internacional - e o projeto de lei foi também assinado por Golbery e Castello Branco. Esse simples fato mostra que a grande burguesia tem perfeita consciência de que não seria nocivo para o capitalismo a desapropriação do latifúndio improdutivo. Se ela não levou essa lei à prática foi por problemas eminentemente políticos. Ela imediatamente se defrontou com a feroz reação dos latifundiários e viu que não podia romper essa aliança. Para aplicar o Estatuto da Terra, isto é, levar à prática uma RA mesmo limitada às terras ociosas, ela necessitaria buscar uma aliança com o campesinato. Mas a história da burguesia brasileira mostra que ela sempre foi incapaz de uma tal "aventura" pois nunca se sentiu com forças suficientes para exercer a hegemonia. Ela sempre fugiu dessa alternativa por saber que a dinâmica popular pode ser muito mais importante do que as previsões. Então ela preferiu, mesmo em 1965, uma aliança com o latifúndio".

REFORMA PARCIAL

"Pois bem, fechando essa imensa digressão a respeito do Estatuto da Terra, e voltando à opinião dos economistas oficiais, eu queria dar relevo à conversação do Sr. Miller Paiva. Depois de tanto combater o Estatuto da Terra ele passou a defender uma reforma agrária nas terras ociosas. E essa proposta que ele chama de Reforma Agrária "Parcial" apareceu, por estranha coincidência, no momento em que os "castellistas"

voltaram ao poder, e a chamada "abertura" passou a ter mais credibilidade".

"Se se considera essa proposta de RA Parcial - tendo em conta que a legislação já existe e é o Estatuto da Terra - não vejo porque seria impossível que a burguesia brasileira pusesse em prática uma reforma agrária. Quais seriam os impeditivos? Desapropriar parte dos latifúndios permitindo inclusive que os proprietários escolhessem as áreas que gostariam de conservar; indenizar segundo as regras do Estatuto da Terra que correspondem quase a uma compra à vista; ... tudo isso é perfeitamente possível, hoje, no Brasil. Inclusive porque a burguesia hoje se sente muito mais forte do que em 1964. Hoje ela pode inclusive se dar ao luxo de comprar briga com o latifúndio. Não se trata de um mero descuido o fato do programa do PDS mencionar o termo "desapropriação". E a reação de suas fileiras rurais não se fez esperar. Há poucos dias, o jornal O Estado de São Paulo transcreveu carta do presidente da Associação de Criadores de Charolês enviada ao Sr. Jarbas Passarinho protestando contra esse fato e alertando para as dificuldades que teria esse partido para se implantar nos meios rurais se não abolisse essa idéia nefasta do Programa".

"Cabe perguntar porque o partido burguês que se pretende o partido da "transição controlada", justamente no momento de sua formação, vai tão longe, pelo menos no discurso".

"Esses fatos são para mim indícios da existência de setores burgueses propensos a aplicar o Estatuto da Terra, isto é, realizar uma reforma agrária. Acho que devemos discutir se essa interpretação é correta. Outros exemplos mais antigos não faltam. Por que caiu o Albuquerque Lima justamente no momento em

que se enterrava o Estatuto da Terra? Estou convencido que entre as várias contradições existentes entre as classes dominantes, existe essa: fazer ou não uma RA Parcial usando o Estatuto da Terra, com razoáveis indenizações de forma a permitir inclusive que os proprietários fundiários se convertam em capitalistas industriais ou financeiros, ou ainda que continuem só na agricultura mas como 'empresários modernos'".

"A dificuldade está para mim em saber qual a força destes setores propensos à realização de uma RA, isto é, qual a força que adquirem nesta ou naquela conjuntura. Tendo a achar que nesse processo de "democratização" lento, gradual, controlado e seguro, não é absolutamente impossível que o governo julgue conveniente, num determinado momento, lançar mão desse projeto de RA Parcial: as razões sociais invocadas seriam, aliás, as mesmas usadas para justificar o "Pacote Agrícola".

"Outro aspecto que vai nesse sentido: o Sr. Papa Junior, representante dos grandes comerciantes do Estado de São Paulo, em um editorial recente da revista publicada pelo SESC, defendia o Pacote Agrícola afirmando que sem essa medida seria muito difícil estruturar os novos partidos políticos pois as bases potenciais desses partidos têm que ser provenientes das "classes médias", e no campo elas não existem... É assim que raciocinam os grandes comerciantes de São Paulo: precisa-se de uma classe média rural para que se construa o partido da "abertura".

"Acho, portanto, que nesse processo de transição controlada para um regime de democracia burguesa parlamentar, um projeto de RA definido segundo o novo slogan de Miller Pava - RA Parcial - é perfeitamente exequível".

PROJETO POPULAR

"Muito bem. Agora é necessário vi
sualizar o projeto de RA que se con
trapõe a isso e que está em gestã
ção no campo popular. Justifica-se
plenamente que o campesinato e os
assalariados agrícolas se mobili
zem hoje para exigir a aplicação do
Estatuto da Terra. Mas uma RA que a
tenda aos interesses reais dos tra
balhadores do campo não poderá, de
maneira alguma, se limitar à aplica
ção da legislação existente, isto é
o Estatuto da Terra. E a questão é
a mesma que eu havia colocado no i
nício desta longa intervenção: o
problema é saber como fazer uma RA.
Quem vai decidir quais serão os imó
veis passíveis de desapropriação?
Como se dará a transferência da pro
priedade aos que trabalham a terra?
Acho que uma RA de cunho popular a
pontaria no mínimo para dois aspec
tos bastante claros: em primeiro lu
gar que as desapropriações não com
portassem indenizações, ou que fos
sem indenizados apenas os proprie
tários atingidos que vivem exclusi
vamente da exploração dessas ter
ras. Com exceção desses casos não
vejo justificativa social da inden
ização, a não ser em termos claramen
te burgueses. Em segundo lugar, que
as terras desapropriadas fossem
transferidas ao campesinato e aos
assalariados agrícolas gratuitamen
te e através de suas organizações
de classe, isto é, o movimento sin
dical e as comissões de trabalhado
res das grandes empresas agrícolas.
Delineadas assim: sem ou quase sem
indenizações e com entrega gratui
ta da terra às organizações de tra
balhadores, essa RA seria radical
mente diferente do projeto burguês
de RA. Radicalmente diferente. Mas
o resultado histórico dos dois pro
jetos, malgrado todas essas diferen
ças, teria, de qualquer forma, um
caráter burguês.

APARTE: "Mas por que o projeto po
pular de RA não incluiria também a

expropriação dos outros meios de
produção"?

RESPOSTA: "Se num processo de RA es
tiver em jogo não só a desapropria
ção da terra mas também do capital,
é certo que se estaria num proces
so socialista. Mas aí estaríamos
discutindo outra coisa e não a Re
forma Agrária. Estaria em jogo uma
transformação muito mais ampla, com
outro alcance histórico: a mudan
ça radical das relações de produção
dominantes na sociedade capitalis
ta".

LUTAS INDISSOLÚVEIS

Nessa altura do debate, as discordân
cias estavam bem localizadas e ex
plicitadas. Jorge Eduardo encarre
gou-se de precisá-las:

"Eu não consigo fazer essa separa
ção entre a luta pela RA como uma
luta de caráter democrático burguês
e a luta pela RA que também põe em
xeque o capital. Na luta pela ter
ra estão embricadas uma série de ou
tras lutas de tal forma que me pare
cem indissolúveis. Em determinados
momentos, e para certos grupos cam
poneses, a luta de resistência con
tra os grileiros pode se colocar co
mo uma luta mais premente remetendo
a segundo plano outras contradições,
como por exemplo, aquela que os o
põe aos comerciantes e usurários
que os sugam. Mas é absolutamente
necessário que se entenda o quanto
estas coisas estão relacionadas.
Nesse sentido é que não vejo possi
bilidade de se isolar a questão da
terra".

Fica nítido que as diferenças de
pontos de vista a respeito do pro
blema original, isto é, "a questão
do poder" são diretamente determina
das pela opinião que se tem sobre
a chamada imbricação entre a pro
priedade fundiária e o capital. Es
te passou a ser o novo centro da
discussão.

Ricardo: " Não há dúvida que cada vez mais os proprietários latifundiários são também proprietários do capital. É bem provável que a maior parte dos latifúndios, isto é, dos imóveis com mil, dez mil ou cem mil hectares não pertençam a indivíduos mas pertençam a empresas. O balanço da Gazeta Mercantil mostra que mais da metade das empresas nacionais têm também atividades agropecuárias. Isso quer dizer que houve um fluxo do capital para o campo, não forçosamente no sentido de implantar novas unidades produtivas no campo, mas no sentido em que as grandes empresas capitalistas se tornaram proprietárias de terra agrícola. E nesta conversão do capital em propriedade fundiária há um processo de expulsão dos agricultores que estavam nessas terras. Neste processo de expulsão há um processo de luta. A luta daqueles que estão contra o monopólio da propriedade fundiária tal como ela se manifesta nas áreas de colonização. É portanto uma luta contra o capital. Porque quem está mandando é o Bradesco, a Volkswagen, etc. Não há dúvida que cada vez mais, essa é uma luta contra o capital".

RESULTADO DA LUTA

"Agora vamos supor que essa luta se já vitoriosa; que o pessoal consiga fazer uma Reforma Agrária e consiga, por exemplo, fazer a divisão parcelada da terra. Isto significará que essa luta contra o capital não desembocou necessariamente em formas socialistas de produção. Desenvolvem uma forma de produção não-socialista. Isto quer dizer que: se de um lado é verdade que a luta contra o monopólio da terra em muitas regiões é idêntica à luta contra o capital, de outro lado é preciso ver que isso é muito diferente da luta dos operários organizados contra o monopólio dos meios de produção industriais. Por que? Porque a única forma de se lutar contra o

monopólio dos meios de produção nesse último caso, o único resultado que essa luta pode ter, se for vitoriosa, é o socialismo. Mas na luta contra o monopólio da terra isso não é verdade".

"Outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar atenção é o seguinte: está virando moda dizer que quando os posseiros lutam contra o monopólio da propriedade da terra estão lutando contra o capital. Diz-se, inclusive, que na medida em que nesta luta eles enfrentam a violência do regime, eles são levados a adotar formas coletivas de produção. E que tal fenômeno se daria em tal escala, que o resultado da luta dos posseiros será a organização coletiva da produção. Tem muita gente da Igreja defendendo explicitamente essa tese. Tendo em vista que o pessoal está se organizando para lutar com a adoção de formas coletivas, muita gente começa a apostar que o resultado dessa luta será a socialização da produção camponesa. Eu gostaria de saber - sobretudo do pessoal que trabalha na Amazônia - até que ponto isso é real e em que escala acontece".

Mas não havia concordância nem mesmo sobre as premissas da argumentação avançada para demonstrar que a propriedade fundiária está "embutida" no capital. José afirmou que se estava exagerando o peso específico desse tipo de latifúndio pertencente às grandes empresas capitalistas industriais e comerciais. "É um fenômeno frequente na Amazônia, graças à política de incentivos fiscais, mas, com base nas estatísticas cadastrais para todo o território nacional não é permitido afirmar que a terra hoje pertence principalmente a empresas capitalistas".

PROPRIEDADE É CAPITALISTA

Entretanto, nem todos os que defendiam a tese da "imbricação terra-capital" o faziam segundo a mesma oti

o interior de São Paulo estão aí pa
ra prová-lo. Mas a influência cada
vez maior do capital monopolista
vai modificando estas leis, vai dis
torcendo cada vez mais o processo
e pode chegar ao ponto da gente ter
que dizer que não há mais campone
ses no Brasil pois todo mundo esta
rá escravizado de forma ainda mais
arcaica, ou então, todo mundo assa
lariado”.

Jorge Eduardo: "Aparentemente a dis
cussão está se travando em dois pla
nos diferentes, um teórico e outro
político. Mas só em aparência. Eu
pergunto qual pode ser o alcance po
lítico da questão teórica colodada,
qual seja, a da distinção entre a
propriedade da terra e do capital.
Será apenas o gosto de ver as cate
gorias teóricas perfeitamente iso
ladas? Reconhecer que o lucro do ca
pitalista é diferente da renda que
o proprietário extrai enquanto pro
prietário? Será essa a discussão? A
cho que não”.

"Acho que essa discussão foi susci
tada devido a seu alcance político.
E minha pergunta é a seguinte: quais
são as consequências que se pode ti
rar em termos de alianças de uma e
outra tese? Será, por exemplo, a
proposta de um programa de lutas pa
ra o campo que se detenha diante da
eventualidade da expropriação dos
capitalistas agrícolas? Será que ao
travar a luta pela terra para quem
nela trabalha nós deteremos nas
fronteiras das empresas capitalis
tas? Será que as grandes extensões
de terras nas mãos dos capitalistas
serão divididas, mas se deixará a
eles a possibilidade de retirar
seus meios de produção? Isso é que
está em jogo, nesta questão, em ter
mos políticos. Minha opinião é que
essa separação se esvazia a nível
político quando se coloca a questão
das alianças. No fundo, eu acho se
cundário discutir se existe no Bra
sil uma classe de proprietários fun
diários distinta da burguesia. Por
que? Porque me parece que mesmo os

setores burgueses que não têm dire
tamente nenhum interesse no campo,
não estão dispostos de forma alguma
a abrir mão de suas alianças políti
cas. Historicamente constituíram-se
alianças irreversíveis. Não vejo a
possibilidade de reversão pois ela
implicaria que estes setores burgue
ses tomariam a iniciativa da ruptu
ra desse pacto com os proprietários
funditários, se disporem a novas a
lianças. Mas pelas características
do autoritarismo, todo mundo reco
nhece que o Estado capitalista bra
sileiro poderia abrir mão de qual
quer coisa, menos que a RA viesse
como conquista popular”.

PODER POPULAR

"A questão decisiva é essa: a das a
lianças. E continuo achando bastan
te improvável que mesmo os setores
burgueses que estão na oposição ao
regime se disponham a encampar e
dar força à ampla mobilização popu
lar que seria necessária para esse
tipo de transformação, isto é, a con
cretização de um projeto de RA de
cunho popular”.

"Concordo que o socialismo não é o
único resultado possível da luta
contra o monopólio da terra. Mas a
cho que a quebra do poder burguês
é condição sine qua non da quebra
desse monopólio. São duas coisas di
ferentes. Trata-se da necessidade
de um poder não burguês para que se
possa infringir uma derrota dessas
proporções às classes dominantes.
Mesmo que isso não implique na cri
ação de relações socialistas de pro
dução, mesmo que se crie um novo ti
po de propriedade individual no cam
po. Por outro lado, não se pode ima
ginar soluções para o problema do
campesinato que não passem também
por transformações na própria indús
tria”.

PROCURA DE ALIADOS

Ricardo: "O que o Jorge Eduardo es
tá afirmando, em última análise, é

que a luta contra o latifúndio leva fatalmente à luta contra a burguesia, na medida em que o latifúndio está umbilicalmente ligado à burguesia. Eu não concordo com esse ponto de vista. É verdade que dificilmente o movimento popular encararia a RA como uma forma de desenvolver o capitalismo nacional. Por outro lado, é pouco provável que a burguesia tome a iniciativa de fazer uma RA, apesar de que não se pode descartar totalmente essa possibilidade, como mostrou o José. Isso é pouco provável porque mesmo essa RA poderia desencadear uma dinâmica social que a burguesia dificilmente controlaria. Estas duas idéias parecem dar razão à tese defendida pelo Jorge Eduardo. No entanto, acho que sua argumentação à respeito dessa "irreversibilidade da aliança burguesa-latifundiária" é falsa. A burguesia brasileira está tentando buscar hoje novas alianças no campo, exatamente nos setores médios, nessas camadas médias com as quais trabalhou no Paraná e sobre as quais vários oradores fizeram referência. Não se pode conceber que a burguesia brasileira tem uma única possibilidade de aliança no campo: o grande latifúndio. Não, ela pode desenvolver uma política explícita com o objetivo político de ir formando uma camada de virtuais aliados. Nada impede que em determinadas circunstâncias a burguesia possa apro-

fundar essa política chegando inclusive a tocar na estrutura fundiária, com o mesmo objetivo, qual seja, o de fortalecer essa camada média. E não podemos descartar essa hipótese".

"Toda a argumentação contrária me parece baseada nos seguintes pressupostos: só uma luta contra a burguesia será possível quebrar o monopólio da terra. Acho esse pressuposto falso pois não se pode negar a possibilidade do regime tentar uma reformulação fundiária com vistas a criar essa camada média".

"Terminando, eu queria lembrar as declarações de José Francisco, Presidente da CONTAG. Em várias ocasiões ele tem insistido na seguinte idéia: "A conquista da democracia é uma condição básica para haver a RA". Por que? Porque sem a conquista da democracia é impossível a organização sindical em larga escala e sem essa organização sindical em larga escala é impossível a RA. Portanto, é necessária uma modificação profunda na estrutura do poder, ou seja, a queda da ditadura, para que possa haver uma RA democrática. Agora, outra coisa, completamente diferente é supor - como faz Jorge Eduardo - que somente um poder anti-burguês, anti-capitalista será capaz de levar à prática uma Reforma Agrária".

significado do estatuto da terra

Por que uma ditadura militar que durante esses 15 anos demonstrou ter como missão principal o desenvolvimento da hegemonia do capital monopolista no país, produziu um texto legislativo que permitiria uma Reforma Agrária?

Por que ela não o aplicou? O processo da chamada "abertura" levará à sua aplicação?

Estas questões resumem as indagações que permearam um segundo grande tema que se impôs no seminário.

Várias intervenções procuraram de diferentes maneiras negar qualquer "incoerência" entre o Estatuto da Terra e a natureza do regime ditatorial. Para Felipe, deve-se examinar o Estatuto da Terra como um instrumento que naquele momento serviu para o governo militar recém-instalado de institucionalizar uma série de meios destinados a criar um novo tipo de legalidade para a questão da Reforma Agrária que anteriormente estava relegada às coisas mais retrógradas, de leis complementares obsoletas. Um instrumento que, pelo próprio caráter que tem, pelo próprio tipo de lei que é, permite um reforço da ação do Estado no meio rural que anteriormente não existia. A SUPRA, por exemplo, não tinha uma fração dos instrumentos legais de ação que passou a ter o IBRA e que tem o INCRA até hoje. Essa tentativa do Estado ampliar a



possibilidade de ação no campo é que vai ser aprofundada a partir do AI-5. O Estatuto da Terra assim como outras leis que se sucedem a brevemente para que a disputa pela terra se realize de outras formas que não as dadas anteriormente pelo código civil".

Na mesma linha de raciocínio, e partindo da idéia de que o processo político é dirigido pelas classes dominantes, Miguel fez sob esse prisma uma descrição analítica das circunstâncias em que foi promulgado o Estatuto da Terra. "Ele é fruto de uma doutrina da Escola Superior de Guerra predominante na época, e que foi a consequência do golpe de 64. Podemos então ver que através do ET leva-se em conta a movimentação social muito grande que havia no campo desde pelo menos os anos cinquenta. Se se leva em conta as grandes lutas pela terra de 1954, 1956 e 1958, pode-se afirmar que o ET é uma tentativa de imobilizar essa movimentação no campo. Ao mesmo tempo ele contém a intenção de cristalizar um certo segmento social do campo pela formação de uma pequena bur

guesia agrária proprietária lançan do também as bases de uma estrutura empresarial. O Estatuto da Terra não se preocupa unicamente com a Reforma Agrária apesar de lhe dar um peso muito grande. Ele se estende também a uma reordenação da produção agrária dando garantias aos posseiros, parceiros, arrendatários, a todas as categorias de trabalhadores agrícolas e camponeses, coisa que nenhuma legislação anterior se preocupou em fazer. Eu chamaria a atenção para uma simultaneidade: ao mesmo tempo em que é promulgado o ET surge a legislação do BNH com a mesma finalidade, que é de certa forma dar uma ducha de água fria na movimentação urbana, num aceno longo da casa própria".

DERROTA OU COMPROMISSO?

Tirando as consequências desse tipo de abordagem que procurava mostrar a coerência entre o regime e sua lei, Maria Nazareth defendeu explicitamente a idéia de que o Estatuto da Terra fôra "o resultado da derrota do movimento camponês". Para ela, naquele momento, "há um tipo de RA que é proposta, um tipo de estrutura agrária que está sendo defendida e há um movimento camponês em cima dessa reivindicação. E eu acho que o ET vai nascer com a destruição disso aí, é o resultado da destruição política desse movimento. O ET vai refletir os primeiros passos mais explícitos da política de modernização. Uma das consequências do ET é esvaziar a questão agrária como uma questão política. Toda a dimensão política da luta pela RA foi esvaziada por aí".

Tal posicionamento foi contestado por Moacir. Para ele o ET representou mais uma "solução de compromisso" do que uma simples derrota, não podendo por isso ser considerado como um projeto homogêneo.

"No período do ET haviam várias propostas de se intervir na estrutura

fundiária. Uma coisa que certamente pesou foi a orientação do governo americano e agências internacionais neste sentido. Há a Conferência de Punta del Este e coisas muito concretas como a famosa pesquisa da Conferência Interamericana de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) realizada em vários países da América Latina e onde o modelo proposto é fundamentalmente o modelo de uma RA familiar. A estória de identificar módulo e unidade familiar sai fundamentalmente desse documento do CIDA; não da proposta oficial do CIDA mas já da reformulação em função da experiência que eles viram na Colômbia. Ela correspondia a uma determinada proposta para resolver situação de conflito. Mas também havia o projeto da grande empresa. O ET não representa a vontade de um só setor de classe ou um projeto homogêneo. Representa um tipo de solução de compromisso. Solução de compromisso que considera inclusive os próprios interesses camponeses altamente esmagados".

"Depois de 64 houve alterações no projeto inicial. Procurou-se esvaziar certas coisas que iam responder melhor a esses interesses camponeses. Tem-se um instrumento legal com uma determinada retórica, que a té dois anos atrás, era retoricamente mais avançado do que qualquer proposta do movimento sindical, da Igreja, etc. Ele fala de RA, fala da necessidade de responder aos anseios dos camponeses, etc. É lógico, ele surgiu num momento de derrota, mas isso é apenas o geral. Ele surgiu num momento em que o movimento camponês tinha sido derrotado mas que ainda era capaz de assustar as classes dominantes. Este Estatuto foi elaborado antes de 64. Na elaboração dele entraram várias mãos inclusive de elementos considerados à esquerda. A gente não pode cair num maniqueísmo de achar que a lei é simplesmente a expressão de dominação da classe dominante. Nas leis

cria-se um certo tipo de compromisso, há sempre maneira de impor a vontade de uma classe, mas tornando aceitável a vontade dessa classe.

Tem havido muito a ingenuidade de se pensar que o ET é um instrumento acabado. Dizem muito que é a lei mais perfeita do mundo em matéria de RA e a gente sabe que não é. Não é isso mas também não é simplesmente expressão de uma manipulação da classe dominante. É a expressão de uma derrota mas uma derrota que supôs uma luta anterior".

Uma terceira posição frente a essa questão surgiu com a intervenção de Carlos. Retomando aspectos das intervenções anteriores e afirmando que não concorda que exista uma racionalidade prévia que ilumina cada passo da política das classes dominantes e, no caso, do regime militar acrescentou: "no entanto, acho que existe um aspecto dessa coerência que está presente em todas as atitudes deles que é fundamentalmente impedir que, seja o que for, seja conquistado através da luta e da organização dos trabalhadores. Aí, retomando uma questão levantada por Nazareth uma vez que aparentemente é contraditório, ela diz que o ET surge da derrota dos trabalhadores; é verdade. Mas, como diz Moacir, também como uma resposta à luta do que foi derrotado. Essas duas posições são verdadeiras. Eu propunha que a gente tentasse pensar aquilo que dá coerência ao ET e as outras todas legislações: impedir que sejam armados os camponeses, os lavradores; que realizem a RA, que eles sejam um dos elementos fundamentais de transformação, de intervenção própria na questão agrária. Eu propunhava que a gente pensasse isso como uma coerência geral. Isso abriria campo para a gente colocar depois numa discussão a questão da RA, qual RA os trabalhadores querem? O que responde aos seus interesses? Outra coerência que existe no conjunto da política, ao mesmo tempo que é

impedir a luta e organização dos trabalhadores, é impedir que as várias mobilizações e organizações se unifiquem".

DETURPAÇÃO OU RUPTURA?

Coerente ou incoerente, expressão de uma derrota ou de um compromisso, o fato é que o regime ditatorial criou uma legislação de reforma agrária e posteriormente não a aplicou. "Isso se deve, segundo Miguel, ao desenvolvimento das contradições internas do regime. A partir de 67, 68 há uma reviravolta completa nas doutrinas militares e se parte para o processo da grande concentração. É dessa época a frase célebre de Roberto Campos que define bem todo o conjunto de leis econômicas. Ele diz textualmente numa CPI que "sob o fogo cerrado das falências os pequenos tinham ido para o brejo". A implantação do capitalismo será um processo de implantação pelas grandes empresas. As pequenas são inteiramente inviáveis dentro do projeto que viria daí por diante".

"Isto significa abertura para as multinacionais. Poderia situar esta fase como uma regressão de 180 graus sobre o ET. Desse momento em diante não interessa mais a RA, interessa a "desreforma" agrária. Interessa a concentração, não interessa mais a proteção para aquele tipo de produção do parceiro, posseiro e meeiro. Também não é por acaso que o ano de 73 é marcado, em termos de campo, pela promulgação da legislação trabalhista no campo, ou seja, a criação de uma legislação para o assalariado rural na medida em que se pretende engordar este setor. A legislação trabalhista cria a ilusão de que aquela categoria é protegida. O ET durou exatamente 3 anos. Em 68 ele estava falido do ponto de vista das classes dominantes. Portanto o ET não foi aplicado durante estes 15 anos porque a partir de 68

ele já era inviável para a estrutura. Estava superado. Não se pretendia mais aquela correlação de classes que o ET forçosamente empurraria. E isto está muito claro hoje cada vez que se fala em RA. É verdade que nunca se fala em RA, fala-se em reordenação fundiária, cria-se casuisticamente um órgão específico para aquilo. Por que foi criado o GETAT? Por que não o INCRA? O ET tem todo o instrumental necessário para fazer desapropriações ou reordenações ou remanejamentos. É porque o INCRA é filho direto do ET, porque é uma força inexistente".

Essa idéia de que a conjuntura de 1968/69 marca um nítido corte na história do Estatuto da Terra foi reforçada pela argumentação de Moacir.

"Até 1969 o ET podia expressar o projeto de um segmento do autoritarismo. Mas a transformação do IBRA em INCRA já representa um primeiro esvaziamento. A criação do GERAM, PROTERRA, etc.; esse tipo de iniciativa que voltamos a ver hoje com o GETAT, são propostas claras de desenvolvimento capitalista com base na grande propriedade, na concentração da terra, agricultura de exportação, etc."

"O que eu acho significativo é que a partir de um determinado momento, 68,69, começa-se a ir mais além. Até então falava-se que queria fazer a RA, criando-se a infraestrutura necessária. O IBRA estava fazendo o seu cadastro, etc. A partir daí começa a esvaziar-se o próprio IBRA, começa-se a fazer modificações que cabiam dentro do ET ou então a criar figuras paralelas ao ET. Para criar o PROTERRA não precisava ter o ET. O PROTERRA inclusive violentou o ET. Começou a haver um processo de ruptura do grupo do poder com o ET. Recentemente o próprio Delfim disse que o ET está obsoleto. E aí eles retomam a história de criar grupos para lidar com

os latifundiários por fora do ET. O fato novo é que se está criando um grupo cujo poder não está nas mãos de um órgão encarregado de regular a RA; está nas mãos de um órgão visado para traçar a política de segurança nacional, então esse é o fato novo. Já há anúncio aqui e ali de que o pessoal estaria pensando em revogar se não todo o ET, fazer modificações substanciais. Aí acho perigoso uma certa postura moralista de setores avançados quando colocam que o ET é obsoleto, que serve à classe dominante. Acho que assim se faz coro com uma tentativa do governo de tirar da mão do trabalhador alguma coisa que funciona pelo menos como instrumento. Acho que se houver modificação no ET atualmente vai ser prá pior".

A visão de que o Estatuto da Terra deixou de ser um instrumento interessante ao regime transformando-se de certa forma numa aquisição do movimento popular passou a polarizar a discussão. Ela aparece de forma clara na parte V deste trabalho. De qualquer forma, pode-se adiantar que todos os participantes concordavam com a validade de uma utilização tática do Estatuto da Terra pelo movimento camponês. As diferenças apareceram a respeito da probabilidade desse texto legislativo vir a ser efetivamente usado num processo de reforma agrária. Discussão que está inteiramente inserida na parte I deste trabalho, particularmente na intervenção de Felipe e em algumas passagens da intervenção de Jorge Eduardo e José.

Cabe, no entanto, acrescentar uma consideração feita por Moacir a respeito do significado de uma Reforma Agrária Parcial que viesse a ser executado nos moldes do PROTERRA.

"Quando se assenta um certo número de famílias sem terra na periferia de um latifúndio, aumenta tremendamente o poder de barganha dos trabalhadores assalariados. Isso aconte

ceu no Nordeste e também aconteceria em outras áreas. Na verdade, um "grande PROTERRA" desorganizaria a produção. Por que? Sobretudo por uma necessidade de áreas próximas a grandes fazendas de cana, café, etc. E não é a toa que foram sustados no meio. Nenhum desses projetos foi levado ao fim. Mesmo como pro

jetos parciais não chegaram a ser realizados, porque tem outro problema, o problema do próprio mercado de trabalho das grandes fazendas pesa na história. Então o pessoal reage não apenas a perder uma parte de suas terras mas reage também a ter que pagar mais pelo assalariado da fazenda".

a política fundiária recente

Com relação à atual política fundiária, o debate girou em torno dos "grupos executivos" criados pelo governo, em particular o GETAT (Grupo Executivo de Terras da Região Araguaia Tocantins). Houve um acordo geral quanto ao fato de que a criação destes grupos não representa uma intenção por parte do governo de iniciar o processo de reforma agrária no País. Para Jorge Eduardo, o GETAT corresponde "muito mais a uma tentativa de antecipação a conflitos que o governo tenha como importantes do que a algum projeto de transformação de maior profundidade no campo".

Para Moacir, o rumo da política fundiária oficial é resolver de forma localizada os conflitos mais explícitos. Na medida mesmo em que esta orientação leva à criação de grupos com atribuições específicas e localizadas, forma-se dentro do próprio governo uma certa oposição entre organismos destinados em princípio à solução dos problemas fundiários. Este problema é agravado pelo fato de que, não existindo por parte do governo a intenção de realizar uma reforma agrária, estes organismos localizados submetem-se diretamente ao Conselho de Segurança Nacional e não ao INCRA: "No dia seguinte ao anúncio do GETAT, os jornais noticiaram que o governo fazia a reforma agrária no Araguaia/Tocantins. E o Paulo Yokota, presidente do INCRA,

teve o trabalho de desmentir dizendo que em momento algum se pensou em reforma agrária e sim numa reorganização fundiária. Uma das indagações da CONTAG neste momento é de qual é a área de competência do GETAT. Suponhamos que em áreas hoje reconhecidas como pertencentes a particulares surja um conflito sério: quem vai intervir, é o INCRA ou o GETAT? Em princípio, o GETAT não tem atribuição para tanto. Mas por outro lado, já se anuncia a criação de GETATs por aí afora. Mesmo no Vale do São Francisco, pensando-se nas áreas do DNOCS quem está fazendo as vezes do INCRA é a CODEVASF ou o DNOCS. A que se deve este fenômeno? Ao fato de que, há muito tempo começou uma ruptura do grupo do poder com o Estatuto da Terra. Para criar o PROTERRA, por exemplo, não precisava do Estatuto da Terra, ao contrário, o PROTERRA violentou o Estatuto da Terra. O próprio Delfim disse que o Estatuto da Terra está obsoleto. E aí eles retomam a estória de criar grupos para lidar com os latifundiários por fora do Estatuto da Terra. O fato não



vo é que se está criando um grupo cujo poder não está nas mãos do órgão encarregado de realizar a reforma agrária, mas sim na mão do órgão criado para traçar a política de segurança nacional".

REGULARIZAR SITUAÇÕES DE FATO

Prosseguindo sua análise, Moacir indica os efeitos desta política para os posseiros da região, mostrando que nem todos terão suas terras tituladas. Na realidade, esta política visa antes de tudo impedir a anarquia fundiária em locais onde os grandes latifúndios, formados com incentivos da SUDAM, têm um peso essencial. "Nessa área do GETAT existem 98 projetos agropecuários com incentivo da SUDAM. O governo é claro: ele vai regularizar situações de fato. Quando o Conselho de Segurança Nacional entra neste esquema, dois pontos fundamentais devem ser destacados. Em primeiro lugar, o Conselho de Segurança Nacional, ao contrário do INCRA, considera a posse de 10 anos e não de um ano e um dia. Isso na prática significa a expropriação do posseiro mais recente. Além disso, por outro lado, na exposição de motivos da criação do GETAT é dito que a ocupação desta área foi feita ao arrepio da lei e da ordem, mas que hoje existe uma situação de fato criada na região. Então, o Conselho de Segurança Nacional recomenda ao governo que reconheça qualquer título de terra, mesmo que tenha sido transcrito irregularmente em cartório, desde que a empresa esteja produzindo. Se chegou a Volkswagen lá, comprou a terra e não fez nenhum tipo de benfeitoria, então é passível de sofrer algum tipo de intervenção. Mas se ela comprou essa terra e plantou lá uma capineira e jogou seis cabeças de gado, então está produzindo e deixa de ser passível de uma intervenção ou qualquer tipo de contestação por parte de um posseiro que tivesse sido arrancado daquela terra.

O Conselho de Segurança Nacional foi jogado à frente de um órgão que vai gerir problemas de terra e o entendimento desse Conselho sobre estes dois pontos cruciais é o mais prejudicial ao trabalhador e o mais benéfico possível à grande empresa. O Conselho de Segurança Nacional vai estar presente também no Conselho de Terras e é possível que esta mesma concepção venha a funcionar a nível nacional".

A intervenção de Eraldo apontou também no mesmo sentido: "O governo ordenou aos coordenadores do INCRA que eles escolhessem em cada Estado do cinco grandes latifúndios para serem desapropriados. O que é isso? É um golpe na classe trabalhadora, pois quando nós vamos levar nossos problemas sociais ao INCRA, eles nos dizem: 'não, agora o Conselho de Segurança Nacional é que vai tomar as providências'. Mas na realidade, se eles puseram o Conselho de Segurança Nacional aí é para reprimir os trabalhadores".

COOPTAÇÃO DO CAMPESINATO

Mas a intervenção governamental na agricultura não se esgota na política fundiária. Outros aspectos da política agrícola, notadamente a política creditícia ganharam destaque durante a discussão.

Neste sentido, para Ricardo, o governo tem uma diretriz de longo prazo que consiste em promover uma certa ascensão social da camada superior do campesinato, mantendo a situação de miséria - na medida em que impede a realização da reforma agrária - da esmagadora maioria dos pequenos agricultores. Esta é uma política que, ao mesmo tempo, preserva o latifúndio e corresponde aos interesses do grande capital monopolista: "O governo tem também uma política de longo prazo com relação a essa questão da terra. Está mais do que claro, a partir das declarações

oficiais tanto do ministro da Agricultura como de outras autoridades que eles não querem fazer a reforma agrária, pois isso na sua opinião, desorganizaria a produção, elevaria a inflação e criaria um caos social. Mas eu tenho a impressão de que, por outro lado, eles não estão querendo deixar tudo como está. Eles estão querendo usar um outro tipo de mecanismo no campo, que é o mecanismo do crédito rural. Tão importante como essas iniciativas que estão sendo tomadas agora no plano da política fundiária, é o pacote de maio de 1979. Qual o sentido disso? Qual o sentido da desburocratização do crédito, que em algumas regiões foi efetiva? Eu participei de uma reunião com agricultores no Norte do Paraná logo após o pacote de maio e fiquei surpreso com a confiança que eles depositavam no então ministro da Agricultura, Delfim Neto. Acho que o projeto do Governo é o de integrar uma parcela cada vez maior do campesinato diretamente à exploração exercida pelos monopólios industriais, comerciais e bancários, o mecanismo que sofre uma parcela significativa do campesinato sobretudo do Sul, esse médio campesinato do Oeste do Paraná, do Sudoeste do Paraná, de várias regiões do Rio Grande do Sul e que se amplia cada vez mais por todo o país. Um dos aspectos importantes da política governamental é tentar ampliar ao máximo possível em várias regiões do país esta camada. Para o governo, mais importante que a distribuição de terras é a distribuição de crédito".

OBSTÁCULO

A realização desta política, que corresponde globalmente aos interesses do grande capital monopolista, encontra, segundo Ricardo, como principal limite a existência do latifúndio: "Essa distribuição de crédito, no entanto, tem seus limites. Acho que o principal limite desta

política é que eles só vão dar crédito para aquele tipo de pequeno agricultor que for confiável do ponto de vista do capital. Nas frentes de expansão agrícola, por exemplo, existe uma separação muito nítida por parte do próprio INCRA, entre o agricultor que veio do Sul do país, do Paraná, do Rio Grande do Sul, por um lado, e o agricultor nordestino ou então o caboclo que mora na região mesmo: quem recebe crédito, quem eles estão tentando fazer com que trabalhe cada vez mais com dinheiro, que se modernize, que amplie a sua lavoura e que se integre ao mercado, é exatamente esse agricultor do Sul fazendo com que a outra camada, majoritária em termos quantitativos, seja conservada em sua condição de camponeses pobres, ou então de assalariados. Para os técnicos oficiais, existe uma "irracionalidade" por parte do campesinato pobre, que, pede o crédito para comprar comida, remédio e não sementes fiscalizadas ou adubos químicos. E é claro que a ascensão social e econômica deste campesinato pobre, sua transformação em tomadores permanentes de empréstimos bancários e consumidores de insumos industriais pressupõe a reforma agrária, isto é, a sua conversão em proprietários. Neste sentido, o limite para a massificação, para a plena expansão desta política creditícia é exatamente a política fundiária, o fato de o governo não querer realizar a reforma agrária. A partir disso surge a questão: o grande capital monopolista produtor de insumos agrícolas, aquele que comercializa a produção do pequeno agricultor e o capital bancário têm interesse na ampliação dos tomadores de empréstimos e dos consumidores de máquinas e insumos em geral. Sob esta ótica, um importante setor do capital monopolista tem interesse na realização da reforma agrária. A minha impressão no entanto, quanto a este aspecto, é de que não faz parte dos planos do atual governo realizar

uma reforma agrária para facilitar a vida do grande capital monopolista. É neste sentido que a política fundiária é um limite para a plena expansão da política creditícia".

IMPERIALISMO

Jacqueline mostrou como esta política já vem sendo pensada há muito tempo pelos homens que hoje são responsáveis pelo destino da economia nacional e que ela corresponde globalmente aos interesses do grande capital internacional. A "Revolução Verde", o aumento da produtividade baseado na grande propriedade fundiária, foi substituída por uma orientação do capital internacional para a agricultura do terceiro mundo que privilegia a pequena propriedade, sua modernização e sua integração à lógica e às necessidades do grande capital. O Banco Mundial (BIRD) tem relatórios bastante claros que demonstram esta mudança de orientação do capital internacional para o campesinato: "Quando Delfim Neto chegou ao poder, em quatro meses construiu um "pacote agrícola". As medidas financeiras necessárias à implementação do "pacote" eram incompatíveis com uma política monetarista de restrição creditícia: Simon sen não quis soltar o dinheiro e saiu. Delfim estava com planos muito definidos sobre qual seria sua primeira obra. E esta obra estava pensada há muito tempo. A política do governo com relação à agricultura tem muito a ver com as necessidades do capital internacional. A exportação de capitais dos países imperialistas com destino à agricultura do terceiro mundo duplicou nos últimos cinco anos. Este capital vem sobretudo para financiar projetos agropecuários. Com este capital entram na agricultura as máquinas, os insumos, a modernização em cuja raiz muitas vezes se encontram também empresas multinacionais. O Crédito Agrícola, segundo banco mundial em termos agrícolas, instalou-se

no Rio de Janeiro recentemente. Este banco foi um dos responsáveis pelo fato de que nos últimos vinte anos o campesinato francês reduziu-se à metade do que era anteriormente. Acompanhando este capital há também uma certa orientação do BIRD no sentido de estimular os empréstimos aos pequenos agricultores de forma a que estes fiquem cada vez mais ligados aos bancos e, de forma geral à economia de mercado. O BIRD coloca claramente em seus relatórios que uma massa enorme de gente, uma mão de obra marginalizada, precisa ser recuperada para o capitalismo. É de interesse do BIRD promover o aumento da produção para os países centrais, mas de forma a que os pequenos produtores comprem cada vez mais insumos, implementos e máquinas, utilizando a capacidade de investimento dos países imperialistas nestes ramos".

FACA DE DOIS GUMES

Esta orientação de política agrícola não corresponde apenas aos interesses dos grandes monopólios, mas também a um projeto político do próprio regime. Para Ricardo, o regime tenta através desta política agrícola cooptar politicamente os setores médios do campesinato, através do atendimento mesmo que parcial de algumas de suas reivindicações, como crédito agrícola mais farto e mais ágil. No entanto, os resultados desta tentativa de cooptação nem sempre têm sido favoráveis ao governo: "Além de tudo, essa política tem um objetivo propriamente político, de ganhar esta camada. Delfim Neto deixou isto bem claro em diversas ocasiões, inclusive no Congresso da CONTAG. No entanto, esta é uma faca de dois gumes. Por que? Porque essas camadas que estão sendo formadas a partir de um período recente na história do Brasil, essas camadas de camponeses relativamente abastados, se caracterizam não somente pelo emprego de dinheiro em

larga escala, pela mecanização, mas pelo fato de empregarem poucos as salariados; ou seja, é uma camada superior do campesinato, que, no en tanto, não é exploradora do traba lho assalariado. Além disso, o tipo de engrenagem em que o agricultor se insere é tão infernal que ele co meça a identificar nos bancos o iní migo imediat. Isso se vê claramen te no Paraná, por exemplo, na luta contra as Notas Promissórias Rurais. Era curioso ver como o campesinato paranaense que - apesar de sua tra dição de luta antes de 1964 - não revelara nenhuma manifestação cole tiva de envergadura nos últimos a nos, mobilizou-se contra este meca nismo que tornava o pequeno agricul tor no avalista do capital monopo lista. Não se pode falar rigorosa mente numa consciência anti-capita lista deste setor, mas há uma cons ciência contra "os grandes". E "os grandes" são as companhias que esma gam soja, que produzem tratores co lhedeiras e tratores, os bancos, etc. Resumindo, eu acho que o obje tivo do governo é exatamente forta lecer este setor, ampliá-lo e ten tar cooptá-lo pelo atendimento a al gumas de suas reivindicações mais importantes que se situam no terre no da política creditícia. Esta po

lítica no entanto envolve uma con tradição e em grande parte este se tor tem reagido mal a sua aplica ção. A vitória do MDB no interior paranaense tem muito a ver com is so, segundo me parece".

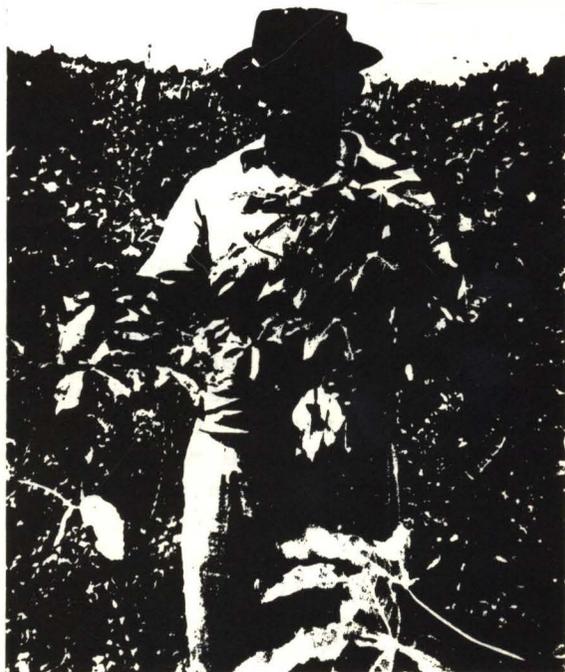
Moacir assinalou um outro ponto im portante no estudo da política agri cola do regime: "A Embrater nesta nova gestão tem dado bastante aten ção para este projeto de cooptar po lítica e economicamente um determi nado setor do campesinato. O que e les estão tentando fazer em termos econômicos é muito interessante. Uma das idéias era substituir o ex tensionista rural pelos próprios camponeses, usar filhos de agricul tores como um novo tipo de extensio nista rural. Trata-se de formar den tro das comunidades elementos que possam ser "teleguiados", de inves tir tudo nestes elementos. Estava a té havendo um certo choque com as multinacionais por causa disso, pois havia uma tendência ao estímulo do uso de adubos naturais e redução no consumo de defensivos químicos. Nes te sentido é preciso ter cuidado pá ra não supor uma coerência absoluta na política governamental para a a gricoltura. O governo reage a um jo go de pressões que se exerce sobre ele".

tendências predominantes nas lutas

Na maior parte das intervenções voltadas para a avaliação dos rumos das lutas que hoje se desenvolvem no campo esteve presente a idéia da necessidade da unificação dessas lutas, bem como da existência de entraves a essa unificação. Ao destacar um elemento de coerência na política das classes dominantes, qual seja o de tentar "impedir que seja o que for, seja conquistado através da luta e da organização dos trabalhadores", Carlos procurou mostrar que, por essa mesma razão, as classes dominantes estavam igualmente preocupadas em "... impedir que as várias mobilizações e organizações se unifiquem". "Dependendo da conjuntura, a grosso modo, a gente pode pensar que existe um esforço conjunto deles para impedir que se dê essa unificação. A gente vive isso hoje também". O que permite que o governo atue dessa maneira é "o ritmo desigual das lutas no campo", o que não o leva a ignorar que, "quando um setor de determinada região consegue dinamizar, até pressionar e conquistar a vitória, essa vitória tem um efeito para esses trabalhadores, mas tem um efeito para o conjunto das lutas também. Tem um efeito de demonstração da possibilidade da vitória e tem o efeito, também, às vezes, de afastar determinados setores combativos de setores mais atrasados".

Uma das consequências dessa desi

gualdade, principalmente da não generalização da luta pela terra, é que "nós não estamos vivendo um processo social de luta pela RA como se viveu em 1964". Fundamentando essa afirmativa, assim argumentou: "Numa determinada região, a luta pela terra não significa necessariamente a luta pela RA, isso dependendo da consciência daquele camponês, daquele trabalhador agrícola. Politicamente, socialmente, quando a unificação se dá é que a luta muda de qualidade. De modo geral, até agora, a luta pela terra tem um caráter de resistência. Resistência significa geralmente a luta contra a expulsão, que é a marca dominante da luta dos trabalhadores nos conflitos surgidos. Isso caracteriza claramente que não é uma luta pela RA, pelo caráter ofensivo que a luta pela RA deve ter; que ela coloca o conjunto da sociedade - na medida em que ela unifica vários setores sociais nacionalmente. Novos elementos - não que não tenham surgido anteriormente, mas estão surgindo agora - são as invasões". Aqui se coloca para ele uma interrogação: "até



que ponto isso significa um amadurecimento de uma luta que poderá vir a ser socialmente uma luta pela RA?"

LUTA PELA TERRA

Humberto entrevistou no sentido dessa mesma preocupação. Para ele "temos hoje em dia milhares de conflitos que não são unificados. E é impossível se fazer aliança sem ter um determinado nível de unificação. Se você tiver luta em vários locais, (o cara fala 'não, isso aqui é a luta do meu povoado, do meu pedaço de rio'), você não vai ter modificação nenhuma, porque pode ser o país inteiro conflagrado, e as classes dominadas vão continuar dominadas. Há necessidade de unificação tanto sindical como política mesmo. Por outro lado não me parece que o proletariado industrial hoje no Brasil esteja com uma compreensão desse problema. Ao contrário, ele não está nem com compreensão suficiente para unificar suas lutas a nível de proletariado urbano ..."

Entretanto, a questão de fundo na argumentação de Humberto não dizia respeito à importância (que não deixou de assinalar) da luta política e ideológica nesse processo de RA, embora expressasse a sua crença na ineficácia de qualquer trabalho de direcionamento político e ideológico "que não considerasse a situação real". Para contestar a hipótese de que as lutas dos lavradores do Norte do país apontassem para uma reforma agrária socialista, Humberto relatou alguns episódios das lutas recentes no Pará, procurando mostrar que não existe uma grande massa de proletários rurais na Amazônia e que a grande massa de "semi-proletários" ainda vê a terra como sua reivindicação básica. Referindo-se ao ato público realizado em Xinguara, contra as violências policiais praticadas contra lavradores, ele concluiu o seguinte: "En

tão a gente notou que uma grande parte daquele pessoal, talvez a maioria, foi ali pensando que, depois de fazer um ato público daqueles, imediatamente em seguida, ia chegar o título de terras deles e que eles então podiam entrar no banco, pegar dinheiro para trabalhar, iam ter acesso à CIBRAZEM e uma série de outras coisas. Eles não foram ali, apesar de serem todos camponeses pobres - e uma boa parte deles para viver durante esse tempo em que está sem terra tem que trabalhar como peão, como assalariado -, eles não foram ali pensando em fazer uma agricultura coletiva não, eles foram ali pensando que iam pegar o seu pedaço de terra, o seu título de terra para entrar individualmente no banco. E foram dez mil agricultores". São muito poucos que, por influência do trabalho da Igreja, ou por qualquer outro motivo, resolveram fazer um campo coletivo. E não sabe se esses grupos se mantiriam caso surgisse uma possibilidade de livre acesso à terra com a repartição dos latifúndios.

No curso da discussão várias intervenções vieram reforçar este último argumento de Humberto.

Ricardo retomou a idéia de que a repartição de terras é a aspiração social da categoria que, a seu ver, tem hoje o papel predominante na luta pela RA. "Eu tenho a impressão, pelo que nós podemos conhecer hoje do campo brasileiro, das lutas sociais que se dão, a gente não pode afirmar que predominantemente tenham uma natureza proletária. Acho que seria uma natureza predominante camponesa (...). O que é dominante, o que nós podemos perceber como a dinâmica das lutas sociais no campo é dado fundamentalmente por essas lutas camponesas, ou seja, não que as lutas proletárias não existam, mas dado o monopólio da propriedade da terra e o peso social do campesinato é muito difícil a gente

dizer, hoje, que a RA tem um caráter fundamentalmente proletário".

Houve uma ampla concordância quanto ao fato de que as lutas sociais no campo revelavam a inexistência de uma consciência coletivista ou socialista da parte dos trabalhadores rurais envolvidos nessas lutas. E foi a partir dessa concordância que se produziram formulações claramente divergentes com relação ao alcance político das lutas atuais, revelando posturas radicalmente opostas entre os participantes do seminário no tocante à intervenção política relativa à questão agrária.

COLETIVISMO

Cabe registrar, no entanto, a intervenção de Nobuko que, se não foi expressamente discordante, ao menos procurou relativizar as dificuldades à organização coletivista do campesinato: "É mais uma pergunta que eu faço: nós que estamos mais na prática, que estamos trabalhando mais diretamente com camponeses, nossa preocupação é qual o direcionamento político ideológico que nós devemos dar. Eu acho que para quem está na parte teórica é isto: como estabelecer uma política direcionada a partir da base. A gente coloca é que todo direcionamento político, ideológico, parte do nível da consciência concreta. No nível da consciência concreta eu acho que existem vários tipos de lutas, que dependem não somente das características locais. Uma luta contra grileiros é diferente de uma luta para ficar na terra. Uma luta por salários é diferente de uma luta contra o pagamento de renda. E vejo assim, mesmo a consciência concreta depende muito da evolução da luta. Nós temos ainda um exemplo concreto no Estado de São Paulo, uma luta de camponeses que começou há 8 anos. Mas ela deu um salto qualitativo somente nos últimos dois anos. Eram arrendatários que não queriam pagar a renda, a luta começou nesse ní-

vel. Num segundo tempo, eles não só não queriam pagar a renda como eles queriam também se caracterizar como posseiros, de arrendatários passar a posseiros e não pagar mais a renda. E hoje eles estão lutando para ficar na terra. Quer dizer então, o camponês, que é essencialmente legalista, ele ultrapassa esse nível legal - nessa ocasião houve uma luta não jurídica, mas uma luta essencialmente política. Agora nesta luta toda de 600 famílias eles se reduziram a 300 famílias. Quais foram essas famílias que saíram? Foram as que não estavam engajadas na luta ou então famílias que não tinham condições de aguentar num pedaço de terra de 1/2 hectare ou 2 hectares. Conclusão: existe uma experiência de propriedade que eu chamo de roça comunitária porque é iniciativa da Igreja. E eles compraram um terreno de 17 alqueires e 12 famílias de bóias-frias se instalaram lá e vivem tranquilamente numa economia de subsistência e o excedente eles utilizam para reinvestimento. Essas 12 famílias hoje têm até mini-trator, com o dinheiro da própria produção. Então o que hoje se propõe lá é isso. É uma área que vai ser desapropriada pelo INCRA, dentro daquelas 23 áreas propostas pelo Ministério da Justiça. Então, o que eles propõem, hoje, não é uma propriedade individual, é uma propriedade coletiva. E o trabalho da propriedade coletiva vem de todo um processo de organização que eles desenvolveram nesses 2 anos. A gente vê que é importante que se parta, das reivindicações dos camponeses, mas é importante também que se organize, que se mobilize esses camponeses. Para isso é preciso que a gente tenha um direcionamento político-ideológico".

INDIVIDUALISMO

Vladimir deu uma resposta enfática à intervenção de Nobuko, abordando a questão pelo ângulo das concessões

sões que, a seu ver, a classe operária, sem renunciar à luta pelo socialismo, terá de fazer para efetuar a aliança com o campesinato, concessões essas que incluem a aceitação das reivindicações específicas deste. Para ele, muitas vezes os camponeses vão querer trabalhar individualmente a terra, muitas vezes vão querer um tipo de cooperativa que é de nível inferior. Por isso sua conclusão é a seguinte: "A Nobuko citou cooperativas, experiências de coletivização que foram boas. Eu pessoalmente participei de duas que pifaram totalmente pelo egoísmo do campesinato, e o nível de consciência dele era muito baixo. Ele não conseguiu trabalhar coletivamente. Ele não conseguiu, que é que a gente vai fazer? Cada um queria o seu pedaço de terra. Então nós temos de levar em conta essa situação concreta. A classe operária tem que levar em conta essa situação concreta e tem que fazer, em função de uma aliança com o campesinato para destruir o capitalismo, as concessões necessárias para que o campesinato faça essa aliança com ele, que vão desde aceitar uma reforma agrária distributivista". Partindo do mesmo dado de fato, mas preconizando uma postura distinta, que a seguir se explicita, Nilton começou por reconhecer que hoje a RA "é uma reivindicação que se coloca para setores importantes do campo e, nesse sentido, ela tem uma dinâmica que gera lutas". No entanto, em sua opinião, embora a luta pela RA seja extremamente dinâmica, "é importante (...) a gente não se limitar ao que existe na consciência do campesinato. Concordo (...) que a gente tem que ver o que o campesinato quer, quando luta. Agora o que ele quer é meio confuso, corresponde a determinada situação de atraso. Quer dizer, tem interesse que ele sabe bem o que quer e tem outras coisas que passam pelos meios de comunicação e uma série de coisas". Para ele caberia então à vanguarda política

compreender a dinâmica da luta pela RA e ver "que outras reivindicações traduzem essa questão da RA e aprofundam-na no sentido dos interesses dos setores rurais. É aí que isso se dá de maneira diferenciada, ou seja, quando se coloca a questão da propriedade: que tipo de propriedade pode-se desdobrar da luta de assalariados nos canaviais de Recife, por exemplo? Não vai ser evidentemente uma cooperativa. Só pode ser um processo de socialização. Corresponde a uma determinada correlação de força, os movimentos populares têm condições de por isso ou não nos outros setores, ou seja, pode-se manter a propriedade da terra. Tem uma série de particularidades nessa questão da RA. Agora o que se coloca, é ver o que traduz os interesses dos setores em luta e aprofundar esses interesses e não se limitar à consciência que eles tem..." "Eu não tenho dúvidas que os interesses do movimento popular só se resolvem no socialismo. Eu não tenho dúvidas sobre isso, ou seja, eu acho que não adianta dizer que isso se resolve no socialismo. Sim, o socialismo está longe do ponto de vista de que não existe um movimento popular com força para impor" (...). "Nós temos que acumular forças para lá, nós temos que lutar por isso. Então temos que lutar por uma RA que traduza os interesses do campesinato. Não uma RA que seja possível, mas que não vai ser evidentemente, nessa correlação de forças, a que interessa ao movimento popular".

VANGUARDISMO

Nessa altura da discussão, fez-se ouvir uma advertência de Pedro que pediu atenção para o perigo dos preconceitos científicos que interferiram no passado e poderiam levar a que não se respeitasse a dinâmica das lutas atuais. "Exatamente o que eu gostaria que nós fizéssemos aqui seria ter bastante respeito com o

povo, mesmo talvez, que ele não te nha uma idéia tão desenvolvida a respeito da teorização dos problemas, também na demarcação do ritmo em que está sendo feita (a luta), para que não aconteça aquilo que acon teceu no passado, porque vão ser esmagados porque nós estamos na frente te puxando eles para frente, para onde eles não estavam".

Propondo-se a romper com as falsas oposições que partem ou da aceitação de "esquemas teóricos pré-fabri cados" ou da visão da consciência das classes oprimidas como algo estático e dado de uma vez por todas, Miguel assim argumentou: "Da mesma forma quando o campesinato luta pela terra, pela posse e uso da terra, sem maiores indagações se vai ser a coletivização, se vai ser sob a forma de Kolkhoz, ele está infligindo, assim, golpes muito diretos na organização autocrática do regime... Mas só essa luta, a luta pela terra já vai torpedear o monopolio da propriedade da terra. É claro que no estágio atual, o nível de consciência da massa camponesa não chega a atingir a propriedade, não chega ao ponto de discutir a propriedade e muito menos a diferenciação de propriedade capitalista e propriedade individual. Ele luta pela terra". Para Miguel, essa luta pela terra é também uma luta pela liberdade e pela Democracia e a conjugação dessas lutas poderá fazer avançar o nível de consciência dos que lutam pela terra. Além disso ele destacou as consequências objetivas dessa luta, que transcendem o significado que lhe é atribuído conscientemente num momento dado: "Mas uma coisa também de que a gente tem que ter clareza é que toda luta é desorganizadora e desestruturadora e essa desorganização trabalha a favor das classes oprimidas; que o regime não pode suportar uma desorganização... É essa organização é o pedestal, a base em que o regime se monta. Daí talvez agora, rapidamente,

o GETAT que fala em reorganização fundiária. Vem o Yokota ontem e determina a cada coordenador do INCRA que aponte 5 áreas para RA... É o tal negócio de cercar o frango, o frango está correndo perigo e se está cercando por aí para tentar dar uma organização nisso. Estão sentindo que as lutas populares estão levando à desorganização".

HETEROGENEIDADE

Embora tenha havido em toda a discussão um certo consenso com respeito à falta de unificação das lutas no campo, e também quanto ao fato de que o que dá uma certa unidade de a essas lutas é a existência de um movimento real de luta pela terra, houve distintas abordagens do problema. Alguns debatedores colocaram a ênfase na diversidade das situações que derivam da nossa estrutura agrária, resultando daí um ritmo desigual das lutas no campo. É o que aparece por exemplo nesta intervenção de Vladimir: "Nossa reunião é fruto de uma situação que existe, que está colocada na ordem do dia, aí. É uma situação em que existem diferentes zonas de tensão social no campo brasileiro, abrangendo milhares e outras vezes até milhões de camponeses. Variam de 1 até 4 milhões os que são considerados camponeses posseiros lutando diretamente pela posse da terra. Há uma série de outras regiões do país em que o processo de luta não se dá nesse nível, se dá no nível de outro tipo, mas também é um processo de luta, seja pela diminuição da taxa de arrendamento, seja pelo próprio direito de plantar na terra do latifundiário em alguns lugares. No Nordeste, por exemplo, os latifundiários estão se negando a deixar os camponeses plantarem. É um problema como o de Alagamar em que os camponeses são expropriados, como nas diversas regiões onde estão se construindo grandes represas num

processo de expropriação violento, então é toda uma situação de tensão social no campo que coloca de novo, depois de alguns anos de certo marasmo, o problema da RA, da questão agrária, na ordem do dia. Há também um fato novo que nós devemos levar em conta. É que (...) já se coloca como palavra de ordem a questão das ocupações de terras, que é coisa nova: o campesinato assumir diretamente a necessidade de ocupar as terras ociosas pelo menos. Ele não coloca ainda a expropriação dos latifúndios, mas ele coloca já a ocupação das terras ociosas, as invasões. Acho que isso é um dado novo que se deveria levar em conta na atual conjuntura..."

FALSAS QUESTÕES

Para Afrânio a grande novidade da atual conjuntura, com relação aos anos 50/60, no tocante às lutas no campo, é que naquele período a discussão sobre a questão agrária foi levantada basicamente pelas forças que propugnavam a ampliação do mercado interno visando ao desenvolvimento capitalista, enquanto hoje é o movimento camponês que está colocando o problema das lutas no campo no Brasil. "É essa luta que está sendo levantada fundamentalmente, ou através das organizações camponesas sindicais ou através da sua expressão de Igreja. Mas está sendo levantada a partir de lutas concretas onde esses camponeses, inclusive, são eles que estão definindo até os termos que estão sendo colocados nos jornais. Por exemplo, quando foi definida a própria área do GETAT é definida a área do GETAT porque essa é uma das áreas de lutas definidas pelos próprios movimentos camponeses como uma das áreas mais conflituosas de todo Brasil". Na medida em que são as lutas concretas dos trabalhadores rurais que estão levantando a questão agrária, isso permitiria, a seu ver, eliminar falsas questões, colocadas

teoricamente na década de 50. Uma dessas falsas questões seria a oposição entre luta por salário e luta por terra, que foi assim abordada por Afrânio: "Por exemplo, os debates de que eu tenho participado sobre assalariados, mesmo a questão como a de Pernambuco de movimentação de assalariados, a grande questão teórica que se tem é: a luta é por salários ou por terra. Então todo mundo responde que a luta é por salários e por terra".

A intervenção de Afrânio destacou-se num ponto das demais: foi ela que introduziu na discussão com mais ênfase a questão da organização do movimento camponês, fixando assim um novo ponto de referência para análise do movimento camponês atual: "... o fundamental em termos de luta, não é apenas a gente ver a luta que é travada, mas que tipo de estrutura política é forjada nessa luta. Eu acho que isso é uma das chaves até para entrar no problema da consciência. Mostrando que a própria identidade do movimento camponês é dada num processo de luta, que termos como "camponês" e "posseiro" são usados em textos evidentemente políticos e que as identidades sociais são dadas no próprio processo de luta e que nele se conformam ao mesmo tempo articulações políticas". Observando que esse movimento camponês que hoje surge à luz do dia vem-se gestando há muito tempo, inclusive desde antes de 64, procurou mostrar que o importante é perceber as estruturas políticas que articularam esses grupos, que significado imprimem como hegemônicas. "E para isso, a análise que se tem de fazer disso é a seguinte: por exemplo, qual foi o significado hegemônico do 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais? Quem dominou lá? Qual é, por exemplo, nas áreas de CPT? Quer dizer, quais são os trabalhos que estão sendo articulados e que tipo de significado está sendo veiculado?"

TERCEIRA CATEGORIA

Apesar do caminho sugerido nessa intervenção de Afrânio ter sido reconhecido como uma via necessária de desdobramento do seminário, as questões relativas à organização dos trabalhadores rurais tiveram um papel secundário no seminário. Dessas questões, a que mereceu maior atenção foi aquela relativa ao que Moacir caracterizou como sendo "a tentativa do governo de criar a cooperativa de bóias-frias, o sindicato de bóias-frias, o diabo a quatro, mas eu acho que isso tem um significado político maior. Porque bem ou mal continua determinada unidade de uma classe ou de um aglomerado de classes no campo. Ao lado disso outras tantas lutas vêm se somando com ela e esse governo está querendo exatamente desestruturar isso aí". Houve outras indicações claras com relação aos objetivos divisionistas do regime. Ricardo entende que "a burguesia brasileira, sobretudo o regime militar, está tentando sim, buscar novas alianças no campo. Onde? Exatamente nos setores médios, nessas camadas médias, que eu andei estudando no Paraná". Para Afrânio, "essa cooptação de um setor do campo do Brasil hoje em dia tem um nome, que é a tentativa de formar a terceira categoria. Que se formar a terceira categoria parece uma questão discutida, assim como se formar o sindicato dos bóias-fri

as paralelo é uma das formas de atuarmente quebrar todo um trabalho de articulação e de fortalecimento da própria estrutura sindical e mesmo dos movimentos paralelos que vai fazer com que essa terceira categoria durante esse tempo todo seja uma massa de manobra flutuante..." Leila, entretanto, apontou para uma contradição que a seu ver se coloca aí: "Mesmo com esses problemas, o fato é que lá no Paraná, no Sul do país, essa categoria já existe. Certo? Proprietários, pequenos proprietários, existem e controlam e dominam os sindicatos, então é um problema de qualquer maneira. Mesmo que a questão seja a unidade da estrutura sindical, é um problema para os trabalhadores rurais ter um sindicato controlado pelos seus patrões".

Em sua resposta, Afrânio afastou a ideia de homogeneidade do movimento camponês e reconheceu que se tratava de uma questão política fundamental de difícil resolução, mas encerrou a discussão com um alerta: "Estou chamando atenção apenas para o fato de que nessa disputa, mesmo interna, há um elemento externo: o próprio regime que está querendo manipular. Ao se considerar isoladamente essa disputa, essa contradição, sem articulá-la com a manobra do regime, corre-se o risco de favorecer uma ruptura sindical que interessa ao regime, e não o contrário".

perspectivas da luta pela reforma agrária

Em que termos se coloca atualmente a bandeira da Reforma Agrária, em quanto proposta para o movimento pular no campo? Essa questão aparece de maneira diluída e implícita no decorrer do debate.

Um primeiro ponto que sobressai nas diversas intervenções é o da ligação que se faz entre a luta atual pela RA e a aplicação do Estatuto da Terra. Em que medida esse Estatuto serve ou não serve de instrumento nessa luta? Em que medida propostas em torno de sua aplicação são importantes ou secundárias, nos termos em que se coloca atualmente a bandeira da RA?

Já de início, José tangencia essas questões lembrando que em tese, se o ET fosse aplicado até o fim - e levando em consideração o que a própria lei classifica como latifúndio - teríamos como resultado a desapropriação de cerca de 60% dos imóveis rurais, o que na sua opinião "seria uma Reforma Agrária: pelo menos a quantidade de terra desapropriada seria imensa". Levanta, quanto a isso, um problema (que não voltou a ser aprofundado na discussão): a maneira como a terra seria desapropriada. "Mesmo que - nessa hipótese - um governo progressista popular, usasse essa legislação, ele seria obrigado a desapropriar com indenização", sendo uma indenização praticamente à vista. "Então isso significaria concretamente uma

RA que capitalizaria a renda da terra. Simplesmente em vez do proprietário receber a renda da terra durante 40, 100 anos, receberia um capital equivalente a essa renda; receberia uma renda capitalizada. Isso evidentemente significa que os camponeses, ou a nação através dos impostos, entregariam aos latifundiários uma renda capitalizada". Esse tipo de implicação - com suas consequências políticas e econômicas a serem avaliadas - existente na aplicação do ET, não se constituiu posteriormente em um ponto relevante na discussão sobre a utilização do Estatuto na luta pela RA. Quanto a isso, as intervenções vão partir basicamente da consideração da ambiguidade da lei, que pode servir tanto aos interesses populares quanto aos das classes dominantes, fundamentalmente por abrir espaço para uma maior intervenção do Estado.

É Felipe quem vai primeiramente colocar o debate nesses termos, sendo que sua intervenção caracteriza-se por dar um peso significativo a questão da utilização do Estatuto na luta pela RA. Observa em primei-



ro lugar - e chamando especialmente a atenção para a importância desse fator no processo de ocupação das áreas de fronteiras - que "o ET vai permitir aí uma intervenção do Estado no sentido de abrir o campo para que a disputa se realize de outras formas que não as dadas anteriormente pelo Código Civil, pela legislação anterior. Se isso abre margem para uma atuação do Estado, abre também para uma atuação política das classes sociais que estão em jogo aí, seja os latifundiários, os grandes grileiros, seja os camponeses que saem do Nordeste, do Rio Grande do Sul, de vários Estados. (...) É exatamente um tipo de situação que lança o problema da disputa pela terra no Brasil no campo específico, político, num campo de disputa política, econômica e social onde se colocam, entre outras coisas, essas interpretações contraditórias do ET. O ET tem parte diversas, tem a parte da Reforma Agrária, como também a parte da colonização e a parte de Política Agrícola. A visão das 3 partes em seu conjunto e a aplicação delas por parte do governo é muito coerente, ela tende a favorecer a todos os setores de classes que tendem a um reforço da estrutura social dominante no país. (...) Mas como o Estatuto da Terra vai ser aplicado é um problema político. A luta pela aplicação do ET depende da ênfase que vai se dar a esse ou aquele aspecto, ao problema de que aspectos do ET vão ser mais enfatizados, quem é que vai dirigir a aplicação do ET: esse é no meu entender o campo que se abre para a discussão e a oportunidade da Reforma Agrária. Se a resolução desse problema, do ponto de vista do camponato, vai se dar dentro dos marcos do atual regime, isso só pode ser resolvido pelo próprio desenvolvimento da luta política. A abertura, em termos mais gerais, ela está dada por esse instrumento legal que é amplo e contraditório e permite a você vislumbrar a possibilidade teó-

rica da RA dentro do atual regime que foi quem promulgou essa lei. Se no decorrer da luta pela RA esse regime vai aguentar essas pressões de correntes de uma aplicação democrática do ET, esta já é uma questão que depende do desenvolvimento da própria luta. A gente não pode decidir a priori isso".

ESTATUTO OBSOLETO?

Como se observa, a discussão em torno da aplicação do ET no bojo da luta pela Reforma Agrária aponta muito diretamente para a questão do poder, desenvolvida em outros momentos do debate aqui apresentado na parte I. Além disso, já se esboça nessa intervenção ao se falar por exemplo da "aplicação democrática do Estatuto da Terra", um aspecto que como veremos mais adiante foi bastante ressaltado pelos participantes da reunião, quanto aos termos em que se coloca atualmente a bandeira da RA: o caráter de amplo processo de mobilização social que deve adquirir essa luta.

Miguel também avalia positivamente a utilização do ET no processo de luta pela RA. Parte no entanto de uma análise em que ressalta um corte na política governamental com relação à agricultura, ocorrido em 1968, quando uma possível "funcionalidade" que o ET pudesse apresentar dentro de determinada política implantada em 1964 deixa de existir, virando a lei, então, letra morta (veja-se a parte II deste trabalho). Importa ressaltar aí, no argumento utilizado por Miguel, que o governo tem mostrado a intenção clara de esvaziar o Estatuto e evitar a sua aplicação: "Me parece que a grande indagação é a seguinte: o ET durou exatamente três anos. Em 68 ele estava falido do ponto de vista das classes dominantes. Portanto o ET não foi aplicado durante esses 15 anos porque a partir de 68 ele já era inviável para a estrutura. Esta

va superado (...). E isso está muito claro, hoje, quando cada vez que se fala em RA - e é verdade que nunca se fala em RA, se fala em reordenação fundiária - cria-se casuisticamente um órgão específico para aquilo. Por que foi criado o GETAT? Por que não o INCRA, o ET, que tem todo o instrumental necessário para fazer desapropriações, ou reordenações, ou remanejamentos. Criou-se um órgão específico. Porque o INCRA é filho direto do ET. Mas é que o ET é uma força inexistente, é animal extinto. Daí a indagação: já que o ET é inadequado para o regime, esse instrumento não poderia servir taticamente para uma tomada de consciência e como instrumental de luta tanto no campo como na cidade?

No mesmo sentido se dá a intervenção de Moacir que, apontando igualmente para a atual política governamental de esvaziamento do ET, coloca a sua importância como instrumento nas mãos dos trabalhadores, no processo de luta pela RA. "já há anúncio aqui e ali de que se estaria pensando em revogar o ET, se não todo, ao menos fazer modificações substanciais. Aí acho perigoso uma certa postura moralista de setores avançados quando colocam que o ET é obsoleto, que serve à classe dominante, acho que assim se faz coro com uma tentativa do governo de tirar da mão do trabalhador alguma coisa que pelo menos funciona como instrumento. Acho que se houver modificação no ET, atualmente vai ser para pior".

CILADAS

As intervenções mencionadas, portanto, embora se diferenciem em certos aspectos na avaliação do significado do histórico do ET, convergem no entanto em apontá-lo como um importante instrumento na luta atual pela RA. Sem discordar dessa colocação, Carlos vai entretanto chamar a aten-

ção para a necessidade de se pensar a questão da aplicação do ET dentro de marcos mais amplos dados por uma concepção política sobre a condução da luta pela RA na atual conjuntura. Quanto à questão específica do ET, aponta de forma mais incisiva para contradições e perigos inerentes a uma luta que se coloque nos marcos dessa legislação. "Concordo com a Maria Nazareth quando diz que o ET deve ser usado como instrumento (na luta pela RA). Acho que deve-se utilizar o código civil, a constituição e as contradições que formam o conjunto do arcabouço jurídico do Brasil. Nesse conjunto de coisas, com suas contradições, existem outros elementos: por exemplo, o elemento de controle ideológico, do enquadramento da luta pela RA dentro de determinados marcos. No processo de organização e luta dos trabalhadores pela RA, os instrumentos mais variados devem ser utilizados: trata-se de pensar o ET na luta pela RA. Outra coisa diferente é pensar a luta pela RA nos marcos do ET..."

Nilton retoma a colocação de Carlos, tendendo no entanto a minimizar, mais do que todos os demais debatedores, a utilização do ET no contexto da luta atual pela RA e a reforçar os lados negativos que essa prática possa trazer. Referindo-se a ciladas em que se pode cair a partir de determinadas práticas políticas, observa que "Carlos apontou uma, por exemplo, que é a questão do ET. O ET evidentemente coloca alguns pontos positivos. Nesse sentido ele pode ser usado como se costumava chamar lá no Chile de "resquícios legais"; determinadas bases legais que são consideradas numa determinada mobilização. Mas se a gente cair numa discussão exclusivamente que aponte nesse aspecto a gente se arrisca a cair numa cilada..."

Conforme já se apontou, a intervenção de Carlos fez-se no sentido de

introduzir na discussão as outras dimensões que assumem - ou deve assumir - a bandeira da RA, enquanto proposta para o movimento popular no campo. Essa discussão toma as sim, outros rumos que não o da problematização apenas em torno da aplicação do ET. Vão se colocar as dimensões da mobilização, de organização e de unificação do movimento popular no campo como dimensões essenciais à luta em torno da bandeira da RA, como os fatores que darão consequência a todas as táticas utilizadas nessa luta - inclusive a manipulação do aparato legal existente.

Fundamentando seus argumentos, Carlos parte da consideração de que - embora, como dissera Moacir não exista uma racionalidade prévia que ilumine sem contradições cada passo da política das classes dominantes e, no caso, do regime militar - existe, no entanto, "um aspecto dessa coerência que está presente em todas as atitudes deles: que é fundamental impedir que, seja o que for, seja conquistado através da luta e da organização dos trabalhadores (...). Eu proponha que a gente tentasse pensar aquilo que dá coerência ao ET e a todas as outras legislações: impedir que sejam armados os camponeses, que os lavradores realizem a RA, que eles realizem os elementos fundamentais da transformação com intervenção própria na questão agrária. Eu proponha que a gente pensasse isso como uma coerência geral... Isso abriria campo para a gente jogar, depois, numa discussão abstrata sobre a questão do que é a RA, o seguinte: que RA os trabalhadores querem (...). A RA é condição para a emancipação dos trabalhadores no campo? A primeira condição para a emancipação dos trabalhadores do campo é que eles se organizem e lutem pela RA. Essa questão me parece ser essencial para pensar esse tipo de problema".

UNIFICAR AS LUTAS

Além de afirmar que no próprio significado que hoje assume a luta pela RA está colocado como ponto central a condição dela ser promovida "de baixo para cima", pelos trabalhadores, Carlos chamará a atenção para uma outra característica dessa luta: seu caráter de fator de unificação das lutas, que se apresentariam atualmente dispersas, no campo. Vai diferenciar, aí, a mera luta pela terra da luta pela RA - a qual se configuraria a partir de determinada consciência adquirida pelo camponês e refletindo já determinada unificação do movimento popular no campo. "Numa determinada região a luta pela terra não significa necessariamente a luta pela RA, isso depende da consciência daquele camponês, daquele trabalhador agrícola. Politicamente, socialmente, quando a unificação se dá é que a luta muda de qualidade". Nessa avaliação a luta pela RA propriamente dita, ainda não estaria sendo plenamente colocada pelo movimento popular no campo - embora ele encontre dados novos nesse movimento que apontem para um amadurecimento nesse sentido: "Alguém já falou aqui que de modo geral, até agora, a luta pela terra tinha um caráter de resistência (...) e a resistência significa geralmente a luta contra a expulsão, que é a marca dominante da luta dos trabalhadores nos conflitos surgidos. Isso caracteriza claramente que não é uma luta pela RA, pelo caráter ofensivo que a luta pela RA deve ter e como ela se coloca no conjunto da sociedade, na medida em que ela unifica vários setores nacionalmente. Novos elementos (...) são as invasões. Já colocam um momento diferente. Não é a resistência imediata à expulsão, mas sim a invasão. Coloco uma pergunta: até que ponto isso significa um passo novo no nível de unificação - não no nível de consciência do Estado, mas

no nível de avanço da organização - até que ponto isso significa um amadurecimento de uma luta que podrá vir a ser socialmente uma luta pela RA?"

Mas, de um ponto de vista político mais global, seria oportuna a luta pela reforma agrária atualmente? Uma luta nesses termos não poderia significar uma cilada para os trabalhadores, na medida em que as classes dominantes possam absorvê-la, realizando efetivamente uma Reforma Agrária de acordo com seus interesses? Essa é a questão introduzida no debate por Nilton, que ressalta a coerência e a força dos projetos das classes dominantes: "Hoje as classes dominantes no Brasil têm iniciativa no quadro político, por tanto não atuam exclusivamente para responder ao movimento, mas impulsionam transformações sociais que são do seu interesse. E nós temos que compreender essas transformações, para não cair na cilada".

Moacir assumirá, quanto a isso, a defesa da oportunidade política da luta pela RA no Brasil hoje, partindo de uma ótica mais colada à análise do movimento popular no campo, conforme ele vem se dando concretamente nos últimos anos. Propõe que se "inverta" a questão colocada por Nilton, ou seja, ao invés de pensá-la do ponto de vista das classes dominantes, partir, ao contrário, do tipo de desafio, do tipo de questionamento, que efetivamente a RA proposta na prática pelo movimento popular (seja através da Igreja, seja através do movimento sindical) possa estar colocando para o sistema. "O sistema seria capaz de promover, de absorver, essa RA? São esses os termos para os quais Moacir conduz a discussão, onde a concepção da RA como um processo em movimento, existente hoje, será um ponto básico."

RA NÃO É SÓ TERRA

No entanto, existiam outras razões que fundamentavam as reticências de

Nilton à oportunidade da luta pela RA. Para ele, "a questão da posse, da propriedade da terra do campônês, não é o aspecto principal de sua reivindicação, ela pode ser até uma forma de como se materializa um determinado problema do campesinato, dos setores rurais - que é a estabilidade. O Estatuto de propriedade de uma determinada área, para o campesinato, muito mais do que refletir um anseio pela propriedade em si, ele representa uma tendência desse campesinato em querer uma certa estabilidade. Essa reivindicação de estabilidade é uma reivindicação que responde ao conjunto de trabalhadores no campo. Responde ao problema do trabalhador nas grandes produções assalariadas, responde ao problema dos bóias-frias, dos parceiros, meeiros, posseiros, pequenos camponeses".

Exemplificando com as lutas travadas no Agreste pernambucano, Jayme observa que atualmente, na prática do movimento popular, considera-se que a RA não é só distribuição de terra. Coloca que, na consciência dos trabalhadores rurais, há uma série de lutas e reivindicações que são incluídas sob a bandeira de RA: crédito, garantia de preços, armazenagem, transporte, até a luta por melhores sindicatos. O próprio contato do campo com a cidade estaria sendo colocado dentro do mesmo bloco de questões.

Para Moacir também a "RA significa várias coisas. O problema - ao se tentar chegar a um conceito qualquer de RA - é ver o que significa socialmente, politicamente, a RA para diferentes grupos. O problema não é clarificar o conceito de RA, o problema é ver o que significa, em nosso caso concreto, RA para esses grupos em lutas no Brasil hoje. O que você disse a respeito da estabilidade está perfeito, mas só que isso não exclui de forma alguma a bandeira de RA, não são contraditórias". Afirma que existe toda uma

mística em torno da idéia da RA como uma bandeira, a qual tem sido inculcada no campesinato através dos anos. Não é possível, então, "achar que se pode partir para qualquer trabalho com o campesinato ignorando que esse campesinato passou por toda uma experiência histórica de terminada, durante todo o período de recesso político e descenso que tivemos". E nesse período a bandeira de RA se colocou para o movimento no campo de modo peculiar, inclusive pelo próprio movimento sindícal, onde ele existiu: "o que sobrou disso aí, o que une hoje reívindicações de norte e sul do país é essa expressão mágica. O conteúdo varia e vai variar de um momento para outro, mas a RA se tornou exatamente uma bandeira não só para o camponês do nordeste, mas também para o camponês do sul. E eu acho que é muito problemático você fazer tábula rasa disso aí. Ainda a pouco estávamos vendo aqui o problema da terra. O companheiro lá de Garanhuns (Jayme) estava levantando que quando se coloca que 'o assalariado não quer terra' não é uma coisa tão simples assim. Há uma certa mística em torno da RA, que de fato a trai muitos setores de trabalhadores (...). Por outro lado, não se trata de reivindicações em abstrato. Por exemplo, hoje, nessas áreas em que se está lutando por desapropriações, está em jogo uma coisa mais ampla. Se você desapropria uma fazenda hoje, no dia seguinte o pessoal da outra fazenda que está vivendo esse mesmo tipo de problema vê que há uma alternativa para ele, esse negócio tem o seu efeito multiplicador. Esse aspecto é que eu queria levantar: não é que, substantivamente, a RA seja a coisa justa, ideal; há um fato, que é o de que a luta pela RA unifica vastos setores do campesinato, ela põe em movimento esse campesinato".

A discussão vai se aprofundar dentro desses parâmetros traçados pe

las intervenções de Moacir e Nilton. O primeiro propondo para discussão da bandeira da RA a avaliação de sua inserção concreta no movimento popular, hoje, com as virtualidades que isso possa ter, enquanto processo político vivo. E o segundo apontando para a necessidade de se partir de definições de conteúdo dessa bandeira, as quais deverá se dar "por fora" e ir além do que seria o nível de consciência e o pequeno grau de amadurecimento das lutas no campo hoje. Nesse sentido, a questão da necessidade de uma determinada direção a ser dada à luta pela RA é obviamente enfatizada.

Prossegue, assim, Nilton: "a minha questão vai em outro sentido. Mesmo usando a bandeira da RA, teríamos que ver qual é a RA que interessa no processo de luta e o que se esconde por trás dessa reivindicação que o campesinato levanta. Isso, exatamente no sentido de impedir que seja dada a ela uma direção que não seja a direção que interessa a estes setores. Nesse sentido impedir, por exemplo, que uma luta pela RA tenha um conteúdo político determinado que possa ser absorvido pelas classes dominantes através de medidas de reformas. Aí que vem a questão que eu estava colocando, a questão da estabilidade. É evidente que a RA pode ser aplicada nos marcos de qualquer regime, inclusive de uma ditadura militar. O conteúdo dessa medida corresponde a determinados interesses políticos, interesses de classe. É exatamente essa distinção que eu procuro fazer quando eu entro..."

DESAFIO

Moacir interrompe: "Só um parênteses: é aí que eu acho que há uma visão de que se estaria esperando que a RA fosse feita nesse regime. O problema está aí. O fato de você lutar pela RA não significa que você

tenha expectativa que esse regime vá atender a solicitação..."

Nilton: "Eu não tenho expectativa, mas outros podem ter, e é por isso que eu acho..."

Moacir: "São duas questões diferentes. Uma questão é se um regime como esse, de ditadura militar, pode mexer na estrutura fundiária, dividir terras, assentar pequenos proprietários. O problema é que eu inverteria a questão; ao invés de jogar com essa questão, eu perguntaria: o que essa RA que está sendo solicitada - vejam-se os movimentos populares no campo, seja através dos sindicatos, seja através da Igreja - que tipo de desafio, que tipo de questionamento coloca ao sistema? O sistema é capaz de promover, de absorver essa RA? O pessoal está lutando por terra, e essa luta pela terra envolve uma série de relações sociais (...). Não se pode pensar na terra em si. A própria reivindicação pelo parcelamento de terras hoje, em áreas onde grandes projetos estão atuando, esse sistema seria capaz de atender a esse tipo de reivindicação? A reivindicação de estabilidade dos arrendatários do litoral paraibano, por exemplo; essa área de Cachorrinhos, Coqueirinhos, Alagamar, que é área de desenvolvimento de projetos ligados ao Proálcool. Será que o sistema estaria disposto a abrir mão de seu programa energético para atender à reivindicação de permanência dos arrendatários, ou de transformação desses arrendatários em pequenos proprietários? Parece que não. Nas áreas do São Francisco, onde estão em jogo também projetos energéticos do governo, construção de barragens, aproveitamento de energia, estaria o governo disposto a abrir mão desse seu projeto para atender às solicitações? Parece que de forma alguma. Aí eu vou ter que escolher. Ou eu me coloco do ponto de vista, da lógica da classe dominante e digo: bom, esse campesinato é

inviável... Ou então eu digo: não, esse campesinato é tão viável quanto a hidrelétrica do governo (...). Esse pessoal está em movimento, está se defendendo, uma vez em movimento ele pode avançar politicamente. Em determinadas áreas o campesinato está lutando contra a desapropriação, lutando contra as desapropriações estatais, ou então está lutando por indenizações justas, ou lutando contra a implementação de determinados projetos estatais ou particulares que vão desalojá-los. Estão lutando das formas as mais variadas possíveis, invadindo... Por exemplo, hoje já há programas de lutas integrados, como no Vale de São Francisco. Luta-se conjuntamente, inclusive com consciência de que não é uma luta contra um proprietário ou diferentes proprietários, mas sim contra o Estado, a Chesf, Codevasp, quer dizer: o Ministério das Minas e Energia, O Ministério do Interior, etc. Então o pessoal percebeu - depois de se lascar em Sobradinho - que deveria organizar um trabalho prévio em algumas áreas, um trabalho de avisar ao pessoal que vai acontecer aquilo. O que tem acontecido? Tem havido paralisação de máquinas, negociam-se indenizações razoáveis que permitem que se assente em outras áreas, tem-se conseguido que diminua o nível da água da barragem onde então se mantém uma parte daquele campesinato e a própria luta se reforça. Então você vem e diz: 'não, essa luta é tão desigual que já está decidida, o problema energético é fundamental para o Brasil, então esse campesinato vai ter que ser sacrificado'. Não..."

BANDEIRA CONTRADITÓRIA

Nilton: "Voltando, eu vou colocar de maneira bem clara a minha preocupação. Eu acho que a bandeira da RA ela responde a duas questões, foi isso que eu procurei colocar na

minha intervenção. Uma é o anseio justo e revolucionário do campesinato por estabilidade. Ela responde também à forma como ele expressa esses sentimentos numa determinada situação concreta de capitalismo. Como é que o campesinato identifica a estabilidade numa sociedade capitalista onde ele tem uma consciência atrasada? Identifica como uma forma capitalista, de propriedade da terra. Nesse sentido a bandeira da RA tem uma contradição em si, e nós temos que procurar dar uma solução a ela de uma maneira que impulsione as forças revolucionárias do campesinato e não neutralize essas forças. Houve um bom tempo em que existiu uma visão dentro da realidade brasileira de alianças, que passavam por uma aliança entre o campesinato, o proletariado e a burguesia. Nesse sentido era interessante manter a bandeira de RA dessa maneira confusa. Porque ela permitia uma aliança de classes entre o campesinato e a burguesia. No momento em que a gente procura dar uma outra solução - e eu acho que é uma coisa que tem que se fazer no proceso brasileiro - tem que se ver justamente o modo desse desenvolvimento, dessa reivindicação não levar a uma aliança com a burguesia mas ao contrário, levar a uma aliança com o proletariado, assegurando o que ela tem de revolucionário, não caíndo na cilada do programa mínimo que contenta a todo mundo, mas sim dando uma direção revolucionária à luta do campesinato. Nesse sentido a bandeira da RA é uma bandeira que é justa no sentido mobilizador, no sentido de luta, de que ela gera luta no campesinato, mas se ela não se aprofunda ela pode abrir o caminho para a cilada, abrir caminho para o campesinato se neutralizarem, partir dividido..."

Nilton aprofundou sua argumentação observando que "quando a gente leva essa luta que é extremamente dinâmica que é a luta pela RA, a gente

não se deve limitar ao que existe na consciência do campesinato. Concordo com quem diz que a gente tem que ver o que o campesinato quer, quando ele luta. Agora, o que ele quer é meio confuso, corresponde a determinada situação de atraso. Quer dizer, têm interesses que ele sabe muito bem o que quer e tem outras coisas que passam pelos meios de comunicação e uma série de coisas. Então, nesse sentido, o nosso papel é justamente fazer com que o que ele quer, o que é mais importante para ele, venha à tona, que essas outras coisas saiam da frente dele. Então, é nesse sentido que eu digo que a luta pela RA não é suficiente. Compreender a dinâmica da luta pela RA significa ver que dentro dessa luta pela RA existe um choque de interesses, existe uma disputa que vai levar a um ou outro caminho, a uma ou outra solução, que nesse sentido justamente nós temos que ver que outras reivindicações traduzem essa questão na RA e então temos que aprofundá-la no sentido dos interesses dos trabalhadores rurais".

Pedro intervém a seguir dando, diferentemente, um enorme peso à consciência e às iniciativas populares e alertando para o perigo de esquemas impostos "de fora": "Eu não estou contra - de jeito nenhum - uma teorização que é necessária, e todo o trabalho que estamos fazendo aqui. Eu queria apenas pedir a atenção para um perigo muito grande de - vamos dizer assim - como no passado, a gente ter preconceitos cientificos que interferiram na dinâmica da luta atual, com o perigo da gente fazer os mesmos erros do passado. Errar ao não se considerar que a luta é do povo, e sim considerar que ela depende daquele que de certo modo estudou mais, sabe chegar a conclusões teóricas. Exatamente, o que eu gostaria que nós fizéssemos aqui, seria ter bastante respeito para com o povo, mesmo sem que ele

tenha uma idéia tão desenvolvida a respeito da teorização dos problemas. Ele sabe onde está a luta. A gente deve respeitá-lo também na demarcação do ritmo em que está sendo feita, para que não aconteça aquilo que aconteceu no passado: vão

ser esmagados, porque nós estamos na frente, puxando eles para a frente, onde eles não estavam. E que nós tenhamos um pouquinho de humildade de aprender com eles (...). Nós vamos estar ao seu lado, para eles fazerem a sua própria luta”.

EQUIPES LOCAIS

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto, nº 1329
(0912) 22-0318
66.000 – Belém – PA

Escritório de Cametá
Praça dos Notáveis, nº 38-B
68.400 – Cametá – PA

Escritório de Santarém
Av. Mendonça Furtado, 2475
68.100 – Santarém – PA

Escritório de St. Antonio de Tauá
Rua Pres. Vargas, nº 102
68.786 – Sto. Antonio de Tauá

Escritório de São Luís
Rua Apolônia Pinto, nº 213
Bairro de Fátima
65.000 – São Luís – Maranhão

Escritório de Santa Luzia
Av. Newton Bello, nº 1032
65.390 – Santa Luzia – MA

REGIONAL NORDESTE

Escritório do Recife
Rua Cedro, nº 52
Casa Amarela
(0812) 268-3242
50.000 – Recife – PE

Escritório de Garanhuns
Rua Dr. José Mariano, nº 346
761-1819
55.300 – Garanhuns – PE

Escritório de Fortaleza
Rua Justiniano Serpa, nº 131
Otávio Bonfim
60.000 – Fortaleza – CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo
Rua Loefgren, nº 1651, Casa 6
(011) 549-3888
04.040 – São Paulo – SP

Escritório do Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas, 117 grupo 1519
(021) 220-7198
20.031 – Rio de Janeiro – RJ

Escritório de Vitória
Rua Frei Antonio dos Mártires, nº 145
(0272) 223-7436
29.000 – Vitória – ES

Escritório de Porto Alegre
Rua Gaspar Martins, nº 470
(0512) 25-0787
90.000 – Porto Alegre – RS



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)